



Universidades Lusíada

Lopes, Rui

“Take back control” : a campanha no referendo do Brexit

<http://hdl.handle.net/11067/5960>

<https://doi.org/10.34628/hq7d-ct29>

Metadata

Issue Date 2021

Abstract O resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (UE), realizado a 23 de junho de 2016, foi a vitória do Brexit. Procurando contribuir para a compreensão do fenómeno, a presente dissertação (1) examina o papel desempenhado pelas campanhas no período que antecedeu o referendo – de um lado, “Vote Leave” e “Leave.EU”, a favor da saída da UE, e, do outro, “Britain Stronger In Europe”, defensor da permanência do Reino Unido na União, e (2) analisa o impacto do resultado s...

The result of the United Kingdom European Union referendum, held on 23 June 2016, was the victory of Brexit. Seeking to contribute to the understanding of the phenomenon, this dissertation (1) examines the role played by the campaigns in the period before the referendum – on the one hand, “Vote Leave” and “Leave.EU”, in favour of leaving the EU, and, on the other, “Britain Stronger in Europe”, supporter of the United Kingdom’s permanence in the Union, and (2) analyse the impact of the result on...

Type article

Peer Reviewed no

Collections [ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 03 (Janeiro-Junho 2021)

This page was automatically generated in 2025-01-26T09:33:26Z with information provided by the Repository

“Take Back Control”: A Campanha no Referendo do Brexit

“Take Back Control”: The Brexit Referendum Campaign

Rui Lopes

Licenciado e Mestre em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada - NORTE (Porto)

E-mail: rui.lopes19@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/hq7d-ct29>

Orcid: 0000-0002-8504-9393

Resumo: O resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (UE), realizado a 23 de junho de 2016, foi a vitória do Brexit. Procurando contribuir para a compreensão do fenómeno, a presente dissertação (1) examina o papel desempenhado pelas campanhas no período que antecedeu o referendo – de um lado, “Vote Leave” e “Leave.EU”, a favor da saída da UE, e, do outro, “Britain Stronger In Europe”, defensor da permanência do Reino Unido na União, e (2) analisa o impacto do resultado sobre o processo de globalização. Para tal, recorreu-se a uma revisão de literatura e a uma análise de dados quantitativos. Os resultados demonstram que a campanha do “Leave” foi mais influente e eficaz, ao divulgar uma mensagem mais diversificada, focada na imigração e nos custos de adesão à UE, ao adotar um slogan bastante atraente, prometendo “Retomar o Controlo” da soberania nacional, fronteiras, economia e comércio, e ao explorar um sentimento de nacionalismo antiglobalização que estava, até então, latente na sociedade britânica.

Palavras-chave: Campanha Política; Referendo do Brexit; Nacionalismo; Globalização; Reino Unido; União Europeia.

Abstract: The result of the United Kingdom European Union referendum, held on 23 June 2016, was the victory of Brexit. Seeking to contribute to the unders-

tanding of the phenomenon, this dissertation (1) examines the role played by the campaigns in the period before the referendum – on the one hand, “Vote Leave” and “Leave.EU”, in favour of leaving the EU, and, on the other, “Britain Stronger in Europe”, supporter of the United Kingdom’s permanence in the Union, and (2) analyse the impact of the result on the globalization process. To this end, a literature review and an analysis of quantify data were used. The results show that the “Leave” campaign was more influential and effective, by spreading a more diverse message, focused on immigration and the costs of joining the EU, by adopting a very attractive slogan, promising “Take Back Control” of the national sovereignty, borders, economy and trade, and by exploring a sense of anti-globalization nationalism that was, until then, latent in British society.

Keywords: Political Campaign; Brexit Referendum; Nationalism; Globalization; United Kingdom; European Union.

Introdução

Em fevereiro de 2016, David Cameron concluiu uma intensa ronda de negociações sobre os termos de adesão do Reino Unido à União Europeia (UE), tendo conseguido algumas concessões. Entre as quais estava a derrogação da declaração nos tratados da UE que comprometiam

os Estados-membros a uma “união cada vez mais estreita entre os povos da Europa”, bem como um “travão de emergência”, pelo qual um Estado-membro poderia solicitar à Comissão Europeia a permissão para suspender os pagamentos de benefícios aos migrantes da UE, se eles estivessem a sobrecarregar demasiado os serviços sociais. Embora não tenham sido grandes reformas, Cameron declarou que eram suficientes para justificar a recomendação de que o Reino Unido permanecesse membro da UE (Ford, 2017).

O governo de David Cameron defendeu uma votação para permanecer, como a maioria dos parlamentares conservadores; contudo, os ministros tiveram permissão para fazer campanha para sair, e a organização do partido permaneceu neutra (Lynch, 2017). Numa campanha desagradável, os deputados conservadores demonstraram um nível de antipatia mútua. Cameron subestimou a extensão do sentimento do Brexit que existia no eleitorado como um todo e a credibilidade da campanha “Remain” foi prejudicada pela força dos defensores do Brexit no Partido Conservador (Heppell, 2017).

Em abril de 2016, a Comissão Eleitoral, reguladora e independente das eleições no Reino Unido, escolheu o “Vote Leave”, um grupo dominado pelos conservadores eurocéticos, como a campanha oficialmente designada a favor da saída da UE. Isto dececionou bastante a campanha rival “Leave.EU”, um grupo mais populista fundado pelo grande doador do UKIP, Aaron Banks, e apoiado pelo líder do UKIP, Nigel Farage. A designação oficial veio com o direito de gastar até 7 milhões de libras, transmissões gratuitas de televisão, o direito de distribuir material de campanha por correio às custas públicas e 600 mil

libras em financiamento público. Esses apoios institucionais deram à campanha "Vote Leave", que queria destacar questões de soberania e os custos de adesão à UE, uma grande vantagem sobre a campanha "Leave.EU", que favoreceu um forte foco na imigração. "Vote Leave" recrutou apoio de altos ministros e deputados conservadores do gabinete conservador, incluindo Boris Johnson, o ex-mayor de Londres e o político mais popular dos conservadores, assim como alguns políticos trabalhistas (Ford, 2017).

As campanhas "Remain" e "Leave" focaram-se em diferentes questões, refletindo os perfis e as prioridades dos seus defensores. A campanha oficial pró-permanência concentrou-se nos riscos económicos de deixar a UE, incluindo as alegadas repercussões negativas que a retirada do mercado único teria na economia, na imagem do Reino Unido como um mercado aberto e globalizado e nos custos financeiros para as empresas e famílias. Esses apelos contínuos ao interesse económico refletiram-se nas reivindicações da Administração Fiscal de que cada família teria 4.300 libras a menos por ano se o eleitorado votasse no Brexit. "Vote Leave", "Leave.EU" e outros grupos eurocéticos concentraram-se em argumentos sobre imigração, ameaças da UE à soberania nacional e na necessidade de redirecionar as contribuições que o Reino Unido fazia para a UE para serviços públicos em casa, especialmente para o Serviço Nacional de Saúde (NHS). O "Vote Leave" afirmou que a adesão à UE custava ao Reino Unido 350 milhões de libras por semana, que mais da metade da migração líquida vinha da UE e que os eleitores deviam rejeitar o novo alargamento da UE, que permitiria incluir países como Albânia, Macedónia, Sérvia e Turquia (Ford, 2017).

Pouca tentativa, se é que houve alguma, foi feita para lidar com as questões que preocupavam muitas pessoas, que giravam em torno da imigração e da soberania. Essas questões eram emocionais, não económicas, e afetaram diferentemente várias secções da população. A maioria da elite política mostrou poucos sinais de reconhecimento dessas questões e, conseqüentemente, isso

aprofundou a dissociação aos cidadãos. Obviamente, o lado do "Leave" lidou, pelo menos superficialmente, com esses problemas, embora tenha apresentado o Brexit como uma resposta simples para perguntas complexas (Marsh, 2018). A poderosa retórica da campanha "Leave", de que o Reino Unido poderia "retomar o controlo", particularmente sobre as fronteiras nacionais e a imigração, revelou ser fundamental para a vitória no referendo realizado a 23 de junho de 2016 (Hayton, 2018).

Tendo em conta o contexto apresentado, pretende-se, ao longo da presente dissertação, analisar a influência das campanhas para o resultado do referendo do Brexit e problematizar até que ponto esse resultado constituiu um retrocesso no processo de globalização. O estudo deste tema é relevante por constituir uma mudança nas relações internacionais entre o Reino Unido e a União Europeia, mas também no próprio sistema internacional, com o resultado a representar uma revolta contra a globalização e um regresso do nacionalismo.

Para tal, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Problematizar e definir conceitos-chave para o enquadramento do tema abordado neste trabalho, tais como comunicação política, segurança e política de identidade;
2. Expor diferentes teorias acerca do fenómeno do nacionalismo e identificar a posição das principais teorias das Relações Internacionais relativamente ao processo de globalização;
3. Realizar uma breve análise contextual sobre as causas que levaram à realização do referendo e analisar a vitória do "Leave" no referendo através de alguns fatores explicativos, tais como fatores demográficos, identitários, políticos e económicos;
4. Examinar as campanhas no período pré-referendo, expondo as suas estratégias de comunicação e percebendo o modo como as campanhas identificaram e influenciaram os eleitores-alvo através de meios digitais;
5. Avaliar o impacto das campanhas para

o resultado do referendo, expondo a maior eficácia do "Leave", através de uma mensagem mais diversificada, e os erros do "Remain", que manteve a mensagem, apesar de esta não estar a resultar;

6. Avaliar até que ponto o resultado do referendo constitui um retrocesso no processo de globalização a nível económico, cultural e político, tendo em conta a componente digital e recorrendo à análise das diversas teorias das Relações Internacionais sobre o futuro do Estado e da globalização.

A dissertação está dividida em dois capítulos principais.

O primeiro capítulo é composto pela componente teórica essencial para a compreensão da segunda parte da dissertação. Neste sentido, o enquadramento teórico é constituído pelos seguintes tópicos: o conceito de comunicação política e as principais características de uma campanha política; as principais teorias do nacionalismo, a saber: primordialismo, modernismo e etnosimbolismo; a evolução do conceito de segurança com as diferentes perspetivas das teorias das Relações Internacionais; o conceito de política de identidade e as diferentes posições sobre o reconhecimento desta; e as teorias da globalização, com as várias abordagens das teorias das Relações Internacionais. A comunicação política servirá para examinar o período da campanha; as teorias do nacionalismo e os conceitos de segurança e política de identidade para analisar o resultado do referendo do Brexit; e as teorias da globalização para verificar se há um retrocesso no processo de globalização com o resultado do referendo, com recurso, igualmente, à análise das diversas teorias das Relações Internacionais sobre o futuro da globalização e do Estado.

No segundo capítulo, apresenta-se detalhadamente a metodologia utilizada para atingir o principal objetivo do presente trabalho. Posteriormente, procede-se a uma breve análise contextual sobre os fatores que levaram ao referendo, qual foi o seu resultado e alguns fatores explicativos do mesmo. De seguida, analisa-se a influência e a eficácia

das três campanhas principais no referendo: a “*Britain Stronger In Europe*”, que apoiou a permanência do Reino Unido na UE, bem como a “*Vote Leave*” e a “*Leave.EU*”, que apoiaram a saída do país da UE, através das estratégias de campanha política que adotaram. Por fim, questiona-se se o resultado do referendo constitui um retrocesso no processo de globalização, e em que áreas esse retrocesso é mais evidente com o recurso às diversas teorias das RI. Nesta parte, além da realização de uma revisão de literatura de autores como Shipman, Clarke, Whiteley, Goodwin e Glencross, recorre-se a uma análise de dados quantitativos com recurso à Comissão Eleitoral do Reino Unido, para analisar os resultados do referendo, e ao Lord Ashcroft Polls, para descrever alguns fatores explicativos do mesmo.

Por fim, apresentar-se-á a conclusão, onde se resumem as ideias-chave da dissertação e se apresentam as limitações do presente estudo e possibilidades de investigação futuras. Os resultados da investigação demonstraram que as campanhas influenciaram o resultado do referendo e esse resultado constitui um retrocesso parcial no processo de globalização.

1. Enquadramento Teórico e Concetual

1.1. Comunicação e campanha política

Por ser um conceito difícil de definir com precisão, existem várias definições de comunicação política. De uma forma sucinta, a comunicação política é o espaço onde se trocam os discursos contraditórios dos três agentes que têm legitimidade para se exprimir publicamente acerca da política, isto é, os políticos, os jornalistas e a opinião pública (Sousa; Mendes, 2014).

Em 1990, Denton e Woodward definem comunicação política como “*pure discussion about the allocation of public resources (revenues), official authority (who is given the power to make legal, legislative and executive decision), and official sanctions (what the state rewards or punishes)*” (McNair, 2011, p. 3). Por sua vez, McNair define comunicação política como todas as formas de comunicação realizadas por políticos e outros

atores políticos com o objetivo de alcançar objetivos específicos. A comunicação dirigida a esses atores por não políticos, como eleitores e colonistas de jornais. E a comunicação sobre esses atores e suas atividades, contida em reportagens, editoriais e outras formas de discussão dos média sobre política (McNair, 2011). Segundo Perloff, a comunicação política é definida como o processo pelo qual a linguagem e os símbolos, usados por líderes, média ou cidadãos, exercem efeitos intencionais ou não intencionais nas cognições, atitudes ou comportamentos políticos dos indivíduos ou nos resultados que afetam as políticas públicas de uma nação, Estado ou comunidade (Perloff, 2014). Podemos então considerar que o estudo da comunicação política engloba a relação entre três elementos principais no seu processo. Primeiro, temos os atores políticos, que são os indivíduos que aspiram, por meios organizacionais e institucionais, influenciar o processo de tomada de decisão, fazendo-o ao alcançar o poder institucional e procurando, desse modo, implementar as suas políticas preferenciais; estando esses indivíduos na oposição, têm como objetivo obstruir os que estão no poder, substituindo-os através de alternativas. Segundo, o objetivo da comunicação política é persuadir e o alvo dessa persuasão é o público, portanto sem este elemento a mensagem política não teria qualquer relevância. Terceiro, as organizações dos média, constituídos por canais impressos, de transmissão e online, que têm como função, nos sistemas políticos democráticos, a transmissão da comunicação política e emissão de mensagens políticas (McNair, 2011). Além de interagirem entre si, estes três agentes competem entre si e enquadram problemas de diferentes maneiras, num processo em que o poder é a chave. Os líderes invocam linguagem, símbolos e os adornos dos seus cargos para obter e manter o poder. Os média transmitem, interpretam, desafiam ou reforçam o uso do poder. Os cidadãos, principalmente os mais ricos e com melhores contactos, envolvem-se no processo político, exercendo comunicações modernas para defenderem causas e candidatos (Perloff, 2014).

Atualmente, a comunicação política tem

cinco características principais. Primeira, envolve uma interceção estratégica ou simbólica entre três atores principais, que são os líderes, os média e o público; segunda, a política é decretada no palco dos média e da Internet; terceira, a tecnologia desempenha um papel cada vez maior no processo pelo qual a política é comunicada; quarta, graças ao desenvolvimento de tecnologias da informação, a comunicação política, publicidade negativa e usos partidários das redes sociais tornaram-se globais; quinta, como todas as formas de comunicação, a comunicação política pode ser empregada com intenções benéficas e maliciosas e com resultados positivos e negativos (Perloff, 2014). Relacionada com a comunicação política temos a campanha política, que antecede o momento de uma eleição e tem como objetivo influenciar a decisão dos eleitores nesse ato eleitoral.

Para o bom funcionamento das campanhas políticas, é necessária uma estratégia consistente, em que se define uma mensagem, preferencialmente atrativa, e mantém-se essa mensagem até ao fim da campanha, repetindo-a várias vezes. Com o avanço tecnológico, a eficiência aumenta, o desperdício diminui e o alcance aumenta com o recurso ao processo de microsegmentação. Uma boa estratégia necessita de um planeamento antecipado, por isso é necessário defini-la no tempo adequado. É necessário também definir as expectativas da estratégia (Burton; Shea, 2010).

A mensagem da campanha deve ter uma narrativa, isto é, “uma história coesa e coerente” (Perloff, 2014, p. 321), que invoca dispositivos dramáticos, levanta problemas e oferece uma resolução. As narrativas podem transportar as pessoas para diferentes lugares psicológicos, envolvendo-as no drama intuitivamente atraente de uma história que promete uma solução esperançosa para os problemas intratáveis da nação. Uma narrativa política persuasiva oferece uma mensagem moral clara, um tema memorável e evocativo com protagonistas e antagonistas e metáforas políticas ricas. Até certo ponto, as eleições envolvem convencer os eleitores a ver a política através das lentes da narrativa de um ou outro partido (Per-

loff, 2014).

As mensagens dirigem-se aos eleitores e por isso é necessário perceber de que forma é que estes percebem as mensagens. O modelo de probabilidade de elaboração de persuasão (ELM) estipula que existem duas rotas pelas quais as pessoas processam ou pensam nas mensagens, a rota periférica e a central. O modelo defende que os persuasores devem entender como as pessoas pensam sobre mensagens persuasivas para criar argumentos convincentes. Um fator-chave é o envolvimento político, ou o grau em que uma campanha é percebida como sendo pessoalmente relevante ou afeta resultados pessoais consequentes (Perloff, 2014).

Sob baixo envolvimento, os eleitores não têm interesse na campanha. Ao acreditarem que a eleição não afeta as suas próprias vidas pessoais nem toca em valores fundamentais, eles não têm motivação para seguir a campanha. Se planeiam votar, contam com estratégias simples em curto-circuito para formar as suas mentes. Eles processam a campanha de forma periférica, contando com atalhos mentais ou heurísticas para tomar a sua decisão de votação. Para persuadir os eleitores pouco envolvidos, os candidatos devem criar mensagens simples que não exijam muito processamento mental. Eles precisam de corresponder a mensagem à preferência dos eleitores por heurísticas e sugestões superficiais. Um candidato que apela aos eleitores com pouco interesse na campanha não deseja envolvê-los em pensamentos muito sérios, pois eles não processarão a mensagem e não têm interesse ou motivação para se sintonizar. Em vez disso, é preciso produzir mensagens simples, que conectem a mensagem de maneira rápida e persuasiva ao cálculo político de baixo interesse dos eleitores (Perloff, 2014).

Quando os eleitores estão altamente envolvidos nas eleições, eles pensam de maneira muito diferente sobre as mensagens políticas. Preocupados com a forma como o resultado eleitoral pode afetar os seus rendimentos, perspectivas de emprego, assistência médica ou a segurança económica dos filhos, eles prestam uma atenção considerável às mensagens da campanha. O ELM diz que, quando os eleitores têm um alto

envolvimento, eles processam as mensagens de campanha de forma centralizada e sistemática. É mais provável que as mensagens de campanha influenciem os eleitores com alto envolvimento se abordarem de maneira persuasiva as preocupações económicas e sociais dos eleitores, incluam argumentos políticos convincentes e ofereçam soluções esperançosas para problemas incómodos de preocupação nacional. As mensagens devem concentrar-se em questões importantes. Elas devem ter ressonância com os valores sociais dos eleitores (Perloff, 2014). Para a mobilização dos eleitores recorre-se sobretudo a duas estratégias principais de persuasão política, sendo a mais moderna recorrer à tecnologia, através do método da microsegmentação. Os persuasores usam ferramentas de alta tecnologia para localizar os eleitores que simpatizam com a sua mensagem e, em seguida, direcionam as comunicações por meio eletrónico e social para esses indivíduos. Os estrategistas de campanha podem plantar cookies nos computadores dos eleitores-alvo, ajudando-os a descobrir se os eleitores clicaram em sites específicos. O ELM sugere que as mensagens orientadas para questões "micro direcionadas" para segmentos de eleitores específicos podem incentivar o processamento central e fortalecer atitudes políticas (Perloff, 2014). Portanto, além de recolher nomes, pode-se dizer que a microsegmentação opera ao "receber qualquer informação individual disponível ... e combiná-la com dados demográficos e geográficos de marketing sobre esses indivíduos para criar modelos estatísticos que prevejam as atitudes e comportamentos dos eleitores pelos quais esse comportamento ao nível individual não é conhecido" (Burton; Shea, 2010, p. 125). As empresas de banco de dados fornecem velocidade e precisão, e os diretores de campanha podem solicitar listas de eleitores, números de telefone e até pacotes de correspondência inteiros, transformando um processo oneroso, que antes era baseado em voluntários, numa operação terceirizada, que pode ser administrada online em grande parte (Burton & Shea, 2010). Este processo de segmentação permite definir de uma forma mais precisa o

tema de campanha, através da percepção das principais preocupações dos eleitores. Durante a campanha, os titulares dos cargos defendem a necessidade de manter o rumo e, ao contrário dos seus oponentes, podem usufruir das vantagens dos seus cargos. Os titulares procuram demonstrar um histórico de realizações, contudo não se podem esconder do passado, que é explorado pelos seus adversários. Por outro lado, os adversários têm a necessidade de adotar um tema poderoso, capaz de convencer os eleitores a mudar os velhos hábitos e, dessa forma, conseguir derrubar aqueles que são titulares dos cargos. Ou seja, é essa capacidade de expor uma alternativa fiável que pode levar os eleitores a optarem pela mudança (Burton & Shea, 2010).

A segunda estratégia para mobilizar os eleitores é interpessoal, "contato de um ser humano entusiasmado" (Perloff, 2014, p. 335). Pesquisas mostram que os eleitores que foram contactados interpessoalmente por voluntários da campanha geralmente têm mais probabilidade de votar do que aqueles que não foram contactados. Do ponto de vista das campanhas, os média não são a única variável nas campanhas. Uma angariação de porta em porta, à moda antiga, ainda é importante. É isso importa porque vários eleitores têm atitudes fortes e não são facilmente influenciados pelas mensagens da oposição. Mas a comunicação humana energética pode levá-los a traduzir atitudes em ação no ato eleitoral (Perloff, 2014). A campanha de hoje é híbrida, ou seja, existe os média antigos e novos, redes impressas e sociais, com sofisticadas técnicas de recolha de dados e microsegmentação online, a liderar o caminho. Claramente, as estratégias online estão a mudar a natureza e o foco das campanhas contemporâneas.

Podemos verificar de facto algumas características da campanha online contemporânea. Desde 2008, as redes sociais desempenham um papel fundamental na campanha online ao estabelecer conexões com os apoiantes por meio de sites de redes sociais, os candidatos podem obter grandes quantidades de dados pessoais dos usuários. Por exemplo, através do Twitter e do Facebook, que têm desempenhado um papel

importante nas campanhas eleitorais. Além disso, as campanhas contemporâneas colocam regularmente vídeos e anúncios políticos no YouTube, garantindo publicidade no mundo online e evitando os custos de anúncios na televisão. A velocidade e o ritmo das campanhas aceleraram, produzindo um ambiente de ritmo acelerado, caracterizado por mensagens instantâneas trocadas pelos dois lados das campanhas. As campanhas políticas contemporâneas são cada vez mais caracterizadas por usos cada vez mais especializados de técnicas de persuasão política. Tal como sucedeu na campanha de Obama de 2012, que gastou 100 milhões de dólares em tecnologia, medindo as preferências políticas dos eleitores e adaptando mensagens para se ajustarem a diferentes perfis de eleitores. Com o auxílio dos dados demográficos adquiridos pelos consultores, eles tiveram acesso a idade, raça, filiação partidária e até a preferências de compra dos eleitores. A nova palavra da moda é microsegmentação, na qual os candidatos segmentam nichos de públicos-alvo, adaptando o apelo para corresponder às características e preferências online de um grupo-alvo (Perloff, 2014).

Outro aspeto importante presente nas campanhas políticas contemporâneas é a publicidade negativa que tem um grande impacto sobre as pessoas *“People say they hate negative advertising, but it works. They hate it and remember it at the same time”* (Perloff, 2014, p. 348). Isto acontece porque os eventos negativos capturam a nossa atenção, exercendo um impacto mais forte em impressões e avaliações. As informações negativas suscitam respostas mais fortes e rápidas do que informações positivas. Embora os efeitos políticos da publicidade sejam complexos, os consultores políticos acreditam que anúncios negativos podem influenciar os números das pesquisas. Os consultores temem que, se não explorarem anúncios negativos, os adversários o farão. Deste modo, segue-se uma corrida armamentista de informações negativas. A imprensa, ao cobrir anúncios negativos, oferece aos consultores outro incentivo para desenvolvê-los e executá-los. Eles recebem um duplo golpe, possível recompensa do anúncio negativo e,

em seguida, um brinde quando os média cobrem o anúncio negativo. Os anúncios negativos assustadores contribuem para uma boa televisão. E, embora os jornalistas possam criticar um anúncio negativo, e relatar imprecisões factuais, os estrategistas de campanha imaginam que os eleitores não se sintonizam com as reportagens que corrigem as informações erradas. Os consultores assumem que, se os eleitores prestarem atenção às informações corretivas, eles vão lembrar-se melhor das histórias dramáticas da publicidade do que das corretivas factuais mais complicadas (Perloff, 2014).

Portanto, a publicidade negativa pode constituir um problema devido à desinformação com a ausência de factos verídicos. Esta situação pode agravar-se quando as campanhas estão tão determinadas a vencer a qualquer custo que escolhem ignorar os factos propositadamente.

1.2. Teorias do nacionalismo

O nacionalismo, do ponto de vista teórico, é um fenómeno que pode ser explicado através de diferentes paradigmas, entre os quais as teorias primordialistas, modernistas ou etnosimbolistas, que analisam as origens e fundamentos do nacionalismo.

Primordialismo é um termo genérico usado para descrever a crença de que a nacionalidade é uma parte natural dos seres humanos e que as nações existem desde tempos imemoriais (Özkirimli, 2010). Deste modo, as abordagens primordialistas sustentam que os vínculos étnicos são “naturais”, isto é, fixados pelas experiências básicas pelas quais os seres humanos passam dentro das suas famílias e outros grupos primários. Edward Shils foi o primeiro a expressar esta ideia quando observou que nos vínculos familiares há uma “qualidade relacional” significativa que só pode ser chamada de primordial, e isso ocorre porque há um significado inefável atribuído aos laços de sangue (Llobera, 1999). O primordialismo foi posteriormente desenvolvido por Geertz, que o define da seguinte forma:

By a primordial attachment is meant one that stems from the “givens” – or, more

precisely, as culture is inevitably involved in such matters, the assumed “givens” – of social existence: immediate contiguity and kin connection mainly, but beyond them the givenness that stems from being born into a particular religious community, speaking a particular language, or even a dialect of a language, and following particular social practices. These congruities of blood, speech, custom, and so on, are seen to have an ineffable, and at times overpowering, coerciveness in and of themselves (Özkirimli, 2010, p. 49-50).

Podemos destacar três ideias principais da definição de Geertz: as identidades primordiais são naturais ou dadas; as identidades primordiais são inefáveis, isto é, não podem ser explicadas ou analisadas com referência à interação social, mas são coercivas; e as identidades primordiais lidam essencialmente com sentimentos ou afetos (Llobera, 1999). Apesar de ser possível identificar diferentes versões do primordialismo, há um denominador comum dessas abordagens, que é a crença na naturalidade e/ou antiguidade das nações (Özkirimli, 2010).

O modernismo surgiu como uma reação ao primordialismo. Segundo Smith, o modernismo clássico, a crença de que as nações e o nacionalismo são intrínsecos ao mundo moderno e à revolução da modernidade, alcançaram a sua formulação canónica nas teorias da modernização da década de 1960. O denominador comum dos modernistas é a crença na modernidade das nações e no nacionalismo. Para eles, ambos apareceram nos últimos dois séculos e são produtos de processos especificamente modernos como capitalismo, industrialização, urbanização, secularismo e o surgimento do Estado burocrático moderno. Nesse sentido, os modernistas fazem uma afirmação cronológica e estrutural. Ou seja, além de considerarem que nações e nacionalismo são historicamente novos, também argumentam que se tornaram uma necessidade sociológica no mundo moderno, algo que não sucedia na era pré-moderna (Özkirimli, 2010).

Para além dessa crença básica, os modernistas têm muito pouco em comum. Des-

te modo, as teorias modernistas podem dividir-se em três categorias em termos dos fatores-chave que eles identificam, começando pelos que priorizam as transformações económicas, seguidos pelos que se concentram nas transformações políticas e as sociais/culturais como a principal causa do desenvolvimento do nacionalismo (Özkirimli, 2010).

As teorias económicas argumentam que os interesses económicos são o principal motivo do nacionalismo. Um dos seus defensores, Michael Hechter, afirmou, na sua obra *Internal Colonialism*, que a industrialização agravou uma situação já existente de dependência económica e desigualdade, ressaltando também o desenvolvimento desigual do industrialismo nos Estados. Ele sugeriu que em cada país há uma região que é favorecida pelo desenvolvimento capitalista, enquanto as outras são subordinadas. Hechter também defendeu a ideia de que, em vez da cultura nacional, o que temos é uma cultura central que domina sobre as outras, estabelecendo limites étnicos. A característica fundamental da teoria de Hechter é a ideia de uma divisão cultural do trabalho existente entre o núcleo e a periferia, ou seja, desenvolveu um sistema de estratificação por meio do qual o grupo dominante no núcleo estava em posição de monopolizar posições sociais, que tinham alto prestígio na sociedade, enquanto os membros das culturas periféricas recebiam papéis sociais considerados inferiores. Quanto mais a industrialização avançava de maneira desigual, mais as diferenças internas se acentuavam; conseqüentemente, o etnonacionalismo surgiu como resposta a uma situação de percepção de dependência e exploração (Llobera, 1999).

As teorias políticas destacam o papel do Estado no desenvolvimento do nacionalismo na modernidade. *Nationalism and the State* de John Breuilly tornou-se um dos principais textos sobre nacionalismo desde a sua publicação inicial em 1982. Através da análise comparativa de uma ampla variedade de casos, Breuilly introduz uma nova concepção de nacionalismo, que é o nacionalismo como uma forma de política, e constrói uma tipologia original dos movi-

mentos nacionalistas. A análise histórica de Breuilly não equivale a uma "teoria do nacionalismo". Em vez disso, o seu objetivo é delinear e aplicar um procedimento geral para o estudo do nacionalismo. Para ele, uma estrutura geral de análise só é aceitável se permitir uma análise eficaz de casos particulares. Isso requer duas coisas. Primeiro, é necessário desenvolver uma tipologia de nacionalismos, uma vez que os nacionalismos são muito variados para serem explicados por um único método de investigação. Assim, qualquer estudo deve começar por identificar vários tipos de nacionalismo que podem ser considerados separadamente. Segundo, cada tipo deve ser investigado pelo método da história comparativa. À luz dessas observações, Breuilly primeiro desenvolve uma tipologia, depois seleciona alguns casos de cada categoria e analisa-os detalhadamente, usando os mesmos métodos e conceitos. Esse procedimento permite comparar e contrastar esses vários tipos sistematicamente (Özkirimli, 2010).

Para Breuilly, nacionalismo refere-se a "movimentos políticos que buscam ou exercem o poder do Estado e justificam essa ação com argumentos nacionalistas" (Llobera, 1999). Um argumento nacionalista, por sua vez, é uma doutrina política construída sobre três afirmações básicas: existe uma nação com um caráter explícito e peculiar; os interesses e valores desta nação têm prioridade sobre todos os outros interesses e valores; a nação deve ser o mais independente possível, o que geralmente requer pelo menos a obtenção de soberania política. Embora nacionalismos particulares possam ser iluminados com relação a esta ou aquela classe, ideia ou conquista cultural, nenhum desses fatores pode ajudar-nos a entender o nacionalismo em geral. Ele argumenta que todas essas abordagens ignoram um ponto crucial, isto é, o nacionalismo é sobretudo sobre política e a política é sobre poder. "O poder, no mundo moderno, é principalmente sobre o controle do Estado." O objetivo principal, portanto, é "relacionar o nacionalismo aos objetivos de obter e usar o poder do Estado. Precisamos entender por que o nacionalismo desempenhou um papel importante na busca desses objetivos" (Özkirimli, 2010, p. 85).

Para investigar todos esses movimentos nacionalistas particulares, é necessária uma tipologia e conceitos auxiliares que chamam a nossa atenção para as diferentes funções desempenhadas pela política nacionalista. Breuilly concentra-se em dois aspectos dos movimentos nacionalistas ao desenvolver a sua tipologia. O primeiro deles diz respeito à relação entre o movimento e o Estado ao qual ele se opõe ou controla. Num mundo em que a fonte básica de legitimidade política ainda não era a nação, esses movimentos eram necessariamente de oposição: "foi apenas numa fase posterior que os governos, formados pelo sucesso das oposições nacionalistas ou adotando as ideias dessas oposições, tornariam eles próprios argumentos nacionalistas a base de suas reivindicações de legitimidade" (Özkirimli, 2010, p. 87). O segundo aspecto diz respeito aos objetivos dos movimentos nacionalistas; portanto, uma oposição nacionalista pode esforçar-se para romper com o Estado atual (separação), reformá-lo numa direção nacionalista (reforma) ou uni-lo com outros Estados (unificação). Além desses dois aspectos, observa Breuilly, o Estado oposto pode ou não se definir como Estado-nação. A tipologia deve refletir essa distinção também, pois isso terá certas implicações para a natureza do conflito entre o Estado e o movimento nacionalista relevante. Por fim, Breuilly identifica três funções diferentes desempenhadas pelas ideias nacionalistas: "coordenação", "mobilização" e "legitimidade". Por coordenação, ele entende o uso de ideias nacionalistas "para promover a ideia de interesses comuns entre várias elites que, de outra forma, têm interesses bastante distintos em se opor ao estado existente". Por mobilização, ele entende o uso de ideias nacionalistas "para gerar apoio ao movimento político de grandes grupos até então excluídos do processo político". E por legitimidade, ele quer dizer o uso de ideias nacionalistas "para justificar os objetivos do movimento político, tanto para o Estado que ele se opõe quanto para agentes externos poderosos, como Estados estrangeiros e suas opiniões públicas" (Özkirimli, 2010, p. 88).

Eric Hobsbawm, outro defensor das transformações políticas, argumenta na obra

The Invention of Tradition que as nações e nacionalismo são produtos da “engenharia social”: “*nations do not make states and nationalisms but the other way round*” (Özkirimli, 2010, p. 96). O que merece atenção particular nesse processo é o caso das “tradições inventadas”, com as quais ele entende “*a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past*” (Özkirimli, 2010, p. 94). De acordo com Hobsbawm, o período de 1870 a 1914, que coincide com o surgimento da política de massa, pode ser considerado o apogeu das tradições inventadas. A “invenção da tradição” foi a principal estratégia adotada pelas elites dominantes para combater a ameaça representada pela democracia de massa. Hobsbawm destaca três grandes inovações do período como particularmente relevantes: o desenvolvimento da educação primária, a invenção de cerimónias públicas e a produção em massa de monumentos públicos. Segundo Hobsbawm, as origens do nacionalismo devem ser procuradas no ponto de intersecção entre política, tecnologia e transformação social. As nações não são apenas os produtos da busca por um estado territorial, elas só podem surgir no contexto de um estágio particular do desenvolvimento tecnológico e económico. Isso mostra que as nações e o nacionalismo são fenómenos duplos, “*constructed essentially from above, but which cannot be understood unless also analysed from below, that is in terms of the assumptions, hopes, needs, longings and interests of ordinary people, which are not necessarily national and still less nationalist*” (Özkirimli, 2010, p. 96). Obviamente, as opiniões e necessidades das pessoas comuns não são fáceis de descobrir. Mas, para Hobsbawm, é possível chegar a conclusões preliminares dos escritos dos historiadores sociais. Ele sugere três dessas conclusões. Primeiro, as ideologias oficiais dos Estados e movimentos não são guias confiáveis sobre o que as pessoas comuns, mesmo os cidadãos mais leais, pensam. Segundo, não podemos supor que, para a maioria das pessoas, a identificação nacional seja sempre ou sempre su-

perior a outras formas de identificação que constituem o ser social. E terceiro, a identificação nacional e o que isso significa para cada indivíduo pode mudar no tempo, mesmo em curtos períodos.

Os nacionalismos do século XIX e início do século XX eram “unificatórios e emancipatórios” e eram um “facto central da transformação histórica”. No entanto, o nacionalismo no final do século XX deixou de ser “um grande vetor de desenvolvimento histórico”. Eles são:

Essentially negative, or rather divisive ... In one sense they may be regarded as the successors to, sometimes the heirs of, the small-nationality movements directed against the Habsburg, Tsarist and Ottoman empires ... Time and again they seem to be reactions of weakness and fear, attempts to erect barricades to keep at bay the forces of the modern world (Özkirimli, 2010, p. 97).

As teorias socioculturais consideram que o nacionalismo pode ser explicado através dos elementos culturais e sociais. Ernest Gellner, na sua obra *Thought and Change*, enfatizou que o nacionalismo só poderia ser entendido no contexto do impacto da industrialização, da competição entre classes na estratificação industrial recém-criada e dos efeitos integradores da linguagem e da educação. Os processos de industrialização minaram as estruturas sociais tradicionais e deram primazia aos elementos culturais. A identidade de um indivíduo não era mais definida em termos das suas relações sociais, mas em termos da sua cultura. Como cultura e nacionalidade estão intimamente relacionadas, somente o Estado poderia fornecer, através do sistema educacional e da língua oficial, o tipo de pessoa culta exigida pelo processo de industrialização.

The employability, dignity, security and self-respect of individuals ... now hinges on their education ... A man's education is by far his most precious investment, and in effect confers identity on him. Modern man is not loyal to a monarch or a land or a faith, whatever he may say, but to a culture (Özkirimli, 2010, p. 102).

O modelo gellneriano de desenvolvimento nacionalista enfatiza fortemente que o nacionalismo tem as suas raízes na nova ordem industrial e que nada antes deste período pode ser comparado ao nacionalismo porque as unidades políticas não foram definidas em termos de fronteiras culturais. Uma vez que para Gellner as nações só podem ser definidas em termos da idade do nacionalismo, ele não pode conceber a nação como uma visão imaginativa criada pelos intelectuais para legitimar o Estado medieval monárquico e agrário na Europa Ocidental. Além da industrialização, a segunda ênfase de Gellner está na modernização com a explosão populacional, rápida urbanização, migração de mão de obra, penetração das economias locais por uma economia global.

This society simply cannot constitute a stable system of ascribed roles, as it did in the agrarian age ... Moreover, the high level of technical skill required for at least a significant proportion of posts ... means that these posts have to be filled “meritocratically” (Özkirimli, 2010, p. 101).

Gellner define nacionalismo, na sua obra *Nation and Nationalism* (1983):

Nationalism is, essentially, the general imposition of a high culture on society, where previously low cultures had taken up the lives of the majority, and in some cases of the totality, of the population ... It is the establishment of an anonymous, impersonal society, with mutually substitutable atomized individuals, held together above all by a shared culture of this kind (Özkirimli, 2010, p. 103).

Outro defensor das teorias socioculturais é Benedict Anderson que, na sua obra *Imagined Communities*, define nação como “*imagined political community - and imagined as both limited and sovereign*”. Esta é imaginada porque “*the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion*”. É imaginada como limitada porque cada nação tem fronteiras limi-

tadas além das quais se encontram outras nações. É imaginada como soberana porque nasceu na era do Iluminismo e da revolução. É imaginada como uma comunidade porque, *"regardless of the actual inequality and exploitation that may prevail in each, the nation is always conceived as a deep, horizontal comradeship"* (Özkirimli, 2010, p. 106). O seu argumento sobre as origens do nacionalismo levou-o a concentrar-se no tremendo impacto do capitalismo impresso. O efeito da linguagem impressa foi sentido na consciência nacional por meio da criação de uma linguagem unificada que permitiu que uma parte considerável da população lesse os mesmos textos e se identificasse. Anderson concluiu que *"what made the new communities imaginable was a half-conscious, but explosive interaction between a system of production and productive relations (capitalism), a technology of communications and the type of fatality of human linguistic diversity"* (Özkirimli, 2010, p. 110).

O etnossimbolismo emerge da crítica teórica do modernismo. De um modo geral, o termo refere-se a uma abordagem que destaca o papel dos mitos, símbolos, memórias, valores e tradições na formação, persistência e mudança de etnia e nacionalismo. Segundo Anthony Smith, o principal defensor dessa abordagem, uma abordagem etnossimbólica ressalta a necessidade de uma análise das identidades culturais coletivas sobre la longue durée, que é um período de muitos séculos; a importância da continuidade, recorrência e apropriação como diferentes modos de conectar o passado, presente e futuro nacional. Smith argumenta que essa abordagem difere de outras abordagens ao sublinhar a importância de elementos subjetivos na nossa compreensão de grupos étnicos e nações, no peso que atribui às culturas e práticas populares e como eles estabelecem limites para os entendimentos e estratégias da elite (Özkirimli, 2010).

Os etnossimbolistas formam uma categoria mais homogênea do que os primordialistas e os modernistas. Guiados por uma reverência comum ao passado, eles enfatizam processos similares nas suas explicações sobre nações e nacionalismo. Para eles, o surgimento das nações de hoje não pode ser en-

tendido adequadamente sem levar em consideração os seus antepassados étnicos; em outras palavras, a ascensão das nações precisa de ser contextualizada dentro do fenómeno mais amplo da etnia que as moldou. As diferenças entre as nações modernas e as unidades culturais coletivas de épocas anteriores são de grau e não de tipo. Isso sugere que as identidades étnicas mudam mais lentamente do que geralmente se supõe; uma vez formadas, elas tendem a ser excepcionalmente duráveis sob vicissitudes normais da história, como migrações, invasões e casamentos, e a persistir por muitas gerações, até séculos. Em suma, a era moderna não é uma tabula rasa:

On the contrary, it emerges out of the complex social and ethnic formations of earlier epochs, and the different kinds of ethnies, which modern forces transform, but never obliterate. The modern era in this respect resembles a palimpsest on which are recorded experiences and identities of different epochs and a variety of ethnic formations, the earlier influencing and being modified by the later, to produce the composite type of collective cultural unit which we call "the nation" (Özkirimli, 2010, p. 144).

Os etnossimbolistas afirmam rejeitar a forte continuidade dos perenialistas e atribuir o devido peso às transformações provocadas pela modernidade. Eles também rejeitam as alegações dos modernistas, argumentando que existe uma maior medida de continuidade entre a era tradicional e moderna, ou agrária e industrial, daí a necessidade de uma teoria mais ampla da formação étnica que realce as diferenças e semelhanças entre unidades nacionais contemporâneas e comunidades étnicas pré-modernas.

Smith afirma que essa abordagem é mais útil do que as suas alternativas de, pelo menos, três maneiras. Primeiro, ajuda a explicar quais são as populações que provavelmente iniciarão um movimento nacionalista sob certas condições e qual seria o conteúdo desse movimento. Segundo, permite-nos entender o papel importante das memórias, valores, mitos e símbolos. Tan-

to a teoria materialista como a modernista do nacionalismo falham em esclarecer essas questões, pois são incapazes de compreender o poder emotivo das memórias coletivas. Finalmente, a abordagem etnossimbolista explica por que e como o nacionalismo é capaz de gerar um apoio popular tão amplo:

Most of all perhaps, an ethnosymbolic approach can help us to understand both the durability and the transformations of ethnicity in history and the continuing power and persistence of nations and nationalism at the start of the third millennium. This is because it directs our gaze to the inner worlds of the ethnies and the nation (Özkirimli, 2010, p. 144).

Numa perspectiva moderna, com a emergência da globalização, o Estado-nação soberano entrou em crise devido a vários fatores, tais como a tendência da globalização económica em diminuir a capacidade do Estado de funcionar como uma unidade económica autónoma e a tendência de a globalização cultural enfraquecer a distinção cultural do Estado-nação. No entanto, ameaças potentes também resultam de um aumento na migração internacional e do crescimento do hibridismo e do multiculturalismo na maioria, senão em todas as sociedades modernas. Esses desenvolvimentos, entre outras coisas, lançaram um ponto de vista particular sobre a noção de identidade, levantando questões sobre se a identidade nacional está num processo de ser substituída por formas rivais de identidade, ligadas, por exemplo, à etnia, cultura e religião. Portanto, o nacionalismo no mundo moderno foi enfraquecido devido aos fluxos migratórios que levaram à formação de comunidades transnacionais e diásporas que alguns acreditam proporcionar uma alternativa às nações tradicionais. No entanto, o nacionalismo demonstrou resistência e durabilidade notáveis em pleno século XXI, uma vez que a esmagadora massa de pessoas em todo o mundo aceita que pertençam a uma nação, e a nacionalidade continua a manter uma posição incomparável como base para a lealdade política. Ou seja, tem havido um ressurgimento do nacio-

nalismo que pode ser explicado através de uma perspetiva teórica. Os primordialistas podem argumentar que a sobrevivência do nacionalismo simplesmente confirma a veracidade das suas teorias, no sentido em que o nacionalismo não pode ser uma doutrina em extinção porque as comunidades étnicas não desapareceram e não podem desaparecer. Os modernistas, por sua vez, seguem Gellner, ao explicar a ascensão do nacionalismo no final do século XX devido à disseminação simultânea do capitalismo industrial por todo o mundo. Este nacionalismo antiglobalização tem-se desenvolvido como uma reação contra a globalização, isto é, como uma forma de resistência. O nacionalismo frequentemente prosperou em condições de medo, insegurança e deslocamento social, sendo a sua força a sua capacidade de representar união e certeza. As formas de nacionalismo que se desenvolvem em tais circunstâncias tendem a não ser orientadas em torno de Estados-nação estabelecidos, mas, em vez disso, fornecem oportunidades para movimentos de partidos de direita em geral montarem campanhas contra a política convencional. Isso ficou mais visível desde a década de 1970, com o surgimento de partidos anti-imigração de extrema direita, que tendem a definir a identidade nacional em termos de um modelo “retrógrado” e culturalmente, e talvez etnicamente, “puro” (Heywood, 2011).

1.3. Política de identidade

A política de identidade é a política na qual as pessoas se envolvem quando se mobilizam, e quando definem as suas experiências, com base nos seus problemas políticos e os seus objetivos em termos do bem dos grupos de identidade. Historicamente, a política de identidade surgiu da experiência de opressão baseada na identidade, isto é, a experiência de desigualdades em recursos e oportunidades que as pessoas encontraram como membros de grupos de identidade específicos. A política de identidade é conceitualmente distinta, então, de uma política liberal organizada com base em interesses e preferências individuais (Hayward; Watson, 2010). Esta emergiu sobretudo devido

a três fatores principais. Primeiro, o surgimento dos movimentos pós-colonialistas. Segundo, o fracasso do socialismo e, em última instância, o colapso do comunismo. Terceiro, a globalização, que é vista por muitos como uma ameaça à cultura nacional e a todas as formas de identidade baseadas na tradição, devido ao seu caráter multicultural (Heywood, 2011).

Tendencialmente, pensamos que o que consideramos melhor para nós também é bom para os outros e agimos em nome de todos, a fim de perceber o que é “melhor” para todos. Se as pessoas não acreditassem que o seu modo de vida era o melhor entre as alternativas disponíveis, não escolheriam segui-lo. Induzimos as nossas imagens de boa vida a partir das nossas próprias experiências e imaginações. Aqueles que estão felizes com a previsibilidade e a ordem de uma vida estabelecida provavelmente assumem que todos os demais também se contentariam com essa vida. Aqueles que veem as suas identidades como não pertencentes a nenhuma comunidade ou lugar provavelmente pensam que a emancipação dos indivíduos dos seus laços e restrições sociais lhes dará uma vida mais significativa (Sicakkan; Lithman, 2005).

Quando a teoria política trata a política de identidade, concentra-se especificamente em questões analíticas, normativas e políticas, questionando como o Estado deve tratar grupos de identidade e/ou as reivindicações que as pessoas promovem em seu nome (Hayward; Watson, 2010). O debate da teoria política sobre identidade é composto por diversas perspetivas sobre o fenómeno, entre as quais o multiculturalismo forte, o multiculturalismo liberal, a visão foucaultiana e a visão construtivista.

O multiculturalismo forte é baseado sobretudo no pensamento de Charles Taylor, que defende que os Estados devem reconhecer alguns grupos de identidade, aos quais ele denomina “minorias culturais”, concedendo-lhes direitos especiais, privilégios e isenções legais, com o objetivo de possibilitar objetivos coletivos. Pois, segundo Taylor, uma parte importante de “quem eu sou” como indivíduo é “quem nós somos”, ou seja, como me identifico socialmente. E, por

isso, o meu bem-estar depende, em parte, de bens coletivos. Taylor lançou desta forma o debate político sobre a identidade, ao considerar que o Estado deve ir além da tradicional tolerância e não interferência na identidade de determinados grupos (Hayward; Watson, 2010).

O multiculturalismo liberal defende a importância do reconhecimento da identidade para a promoção da liberdade e autonomia individual. O principal defensor desta ideia, Kymlicka, argumenta que existem duas pré-condições essenciais para viver uma boa vida. A primeira é que as pessoas possam viver as suas vidas “de dentro”, ou seja, viver de acordo com as suas crenças e valores mais importantes. A segunda é que as pessoas possam questionar as suas crenças e valores e revê-las ou mesmo rejeitá-las, o que permite o “conhecimento de diferentes pontos de vista sobre a boa vida e também a capacidade de examinar esses pontos de vista de maneira inteligente” (Hayward; Watson, 2010, p. 16). Portanto, a cultura é uma pré-condição necessária para a autonomia liberal, o que permite aos indivíduos escolherem a coletividade com qual se identificam.

A visão foucaultiana salienta que as identidades podem limitar a liberdade e, portanto, esta deve ser rejeitada. Vários autores consideram que as identidades coletivas excluem os seus limites e, internamente, normalizam-se. Para as pessoas que se conformam, as identidades servem como mecanismos de poder que restringem a liberdade. Para pessoas que não se conformam, são mecanismos de poder que legitimam a violência e a coerção. Connolly considera todas as práticas identitárias como “bens ambíguos”, pois toda a identidade, toda a forma de subjetividade cria “outras” cuja exclusão e/ou cuja normalização legitima (Hayward; Watson, 2010, p. 22). Portanto, os foucaultianos destacam os custos da identidade, ao contrário dos multiculturalistas, que enfatizam os benefícios da identificação.

A visão construtivista defende que a questão da teoria política sobre identidade não deve ser sobre se os Estados devem intervir na constituição da identidade, mas sobre como o deve fazer. Uma vez que os Estados

são um dos produtores de identidade e influenciam a forma como as pessoas se identificam, organizam e agem politicamente. Desta forma, esta posição critica as anteriores ao considerar que o Estado constrói identidades, mesmo antes de as pessoas o fazerem através de reivindicações políticas em seus nomes, ou seja, os grupos de identidade raramente, se é que alguma vez, se definem de forma independente e consensual. Segundo Song, "as culturas não são entidades que existem antes das interações sociais e políticas, mas são criadas nelas e por meio delas" (Hayward; Watson, 2010, p. 33).

1.4. Segurança

A segurança é um conceito contestado, vários autores consideram que esta implica a ausência de ameaças a valores essenciais para indivíduos e grupos, no entanto não existe um consenso sobre se o foco principal da investigação deve ser a segurança individual, nacional, internacional ou global. No período da Guerra Fria, o conceito foi dominado pela ideia de segurança nacional, que era definida sobretudo em termos militares, face às ameaças externas a que os Estados estavam sujeitos. Com o fim deste período, o conceito de segurança foi alargado além da segurança nacional, devido sobretudo ao contributo de Barry Buzan que, na sua obra *People, States and Fear* (1983), defende uma visão de segurança que incluía aspetos políticos, económicos, sociais e ambientais, além dos militares, e também definida em termos internacionais mais amplos (Baylis, 2014).

Algumas noções do conceito de segurança:

"Security, in any objective sense, measures the absence of threats to acquired values and in a subjective sense, the absence of fear that such values will be attacked" (Wolfers, 1962).

"In the case of security, the discussion is about the pursuit of freedom from threat. When this discussion is in the context of the international system, security is about the ability of states and societies to maintain their independent identity and their functional integrity" (Buzan, 1983).

Para os realistas, como os atores mais importantes no sistema internacional são os Estados, a segurança é entendida principalmente em termos de segurança nacional. Como, num mundo de autoajuda, todos os Estados estão sob, pelo menos, uma ameaça potencial de todos os outros Estados, cada Estado deve ter capacidade de autodefesa. A segurança nacional, portanto, valoriza o poder militar, refletindo a suposição de que quanto mais militarmente um estado é poderoso, mais seguro ele provavelmente será. Devido ao dilema de segurança, a insegurança permanente entre e entre os Estados é, portanto, o destino inevitável daqueles que vivem em uma condição de anarquia (Heywood, 2011).

De acordo com os liberais, as instituições internacionais são muito mais importantes para ajudar a alcançar cooperação e estabilidade, uma vez que estas podem ajudar a atenuar os perigos da concorrência de segurança entre os Estados. Há, por exemplo, uma ênfase há muito estabelecida na teoria liberal sobre segurança coletiva, refletindo a crença de que a agressão pode ser mais bem resistida por ações conjuntas tomadas por vários Estados. Essa visão desvia a atenção da ideia de segurança nacional para a noção mais ampla de segurança internacional (Heywood, 2011).

Os construtivistas defendem que mudanças na natureza da interação social entre Estados podem trazer uma mudança fundamental em direção a uma maior segurança internacional (Baylis, 2014). Indiscutivelmente, a suposição compartilhada central de abordagens construtivistas da segurança é que a segurança é uma construção social. Apesar de não ter uma posição muito aprofundada no estudo da segurança, existe uma exceção na ampla tradição construtivista, que é a Escola de Copenhaga, cuja estrutura conceitual de securitização sugere que as questões de segurança são construídas por meio de "atos discursivos" que designam questões ou atores específicos como ameaças existenciais (McDonald, 2013).

Segundo Buzan, Waever e de Wilde: "*Securitization studies aims to gain an increasingly precise understanding of who securitizes, on what issues (threats), for whom (referent ob-*

jects), why, with what results, and, not least, under what conditions" (Smith, 1999).

Para a Escola de Copenhaga, a segurança é definida em oposição a uma conceção de "politização" ou "política normal" definida pelo Estado de direito, deliberação política aberta e, em última análise, sugestiva de um Estado democrático liberal ocidental. Aplicações proeminentes da abordagem, portanto, incluem as maneiras pelas quais os líderes políticos ocidentais caracterizaram uma questão em particular como uma ameaça existencial tanto à soberania do Estado quanto à identidade e coesão nacionais da nação. É quando é aplicado à representação e tratamento de imigrantes pelos Estados democráticos liberais que a abordagem tem discutivelmente a sua melhor explicação (McDonald, 2013).

Os processos duplos de integração e fragmentação associados à globalização que caracterizam o mundo contemporâneo significam que muito mais atenção deve ser dada à "segurança societal", que é um conceito desenvolvido pela Escola de Copenhaga. De acordo com essa visão, a crescente integração em regiões como a Europa está a minar a ordem política clássica baseada em Estados-nação, deixando as nações expostas dentro de estruturas políticas maiores, como a UE. Isso levou ao argumento de que grupos etnonacionais, em vez de Estados, deveriam tornar-se o centro das atenções para os analistas de segurança (Baylis, 2014). Enquanto a segurança do Estado se concentra na soberania como valor central, a segurança societal foca-se na identidade, representada na capacidade de uma sociedade de manter os seus padrões tradicionais de idioma, cultura, religião e identidade e costumes nacionais (Smith, 1999).

Outra abordagem importante para o debate sobre o conceito de segurança é a segurança humana, que, tal como a "segurança societal", defendeu no pós-Guerra Fria um afastamento do tradicional foco da segurança no Estado. O conceito de segurança humana foi associado ao Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 sobre Segurança Humana, que a define como uma preocupação universal pela vida e dignidade humana, identificando sete áreas prin-

cipais a incluir no conceito: a segurança económica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política. O relatório procurou construir uma ponte para a Carta das Nações Unidas, escrita em 1945, em que a questão da segurança repousava na dinâmica entre “liberdade de viver sem penúria e liberdade de viver sem medo”. Isto é, garantir que os indivíduos estivessem livres da pobreza e da violência (Marcos; Teixeira, 2019). Ou seja, é uma abordagem mais abrangente que prioriza os seres humanos como o centro das preocupações da segurança e defende a cooperação dos atores estatais e não estatais para prevenir as ameaças.

No entanto, o relatório foi criticado pela sua componente “idealista” e recomendações “ingénuas”, o que levou à divisão do conceito em duas dimensões, uma mais alargada e outra mais estreita. A primeira, com base no relatório, defende que a segurança humana está “preocupada com a vulnerabilidade humana em geral e, portanto, abrange todas as formas de ameaças de todas as fontes”. Ou seja, inclui, além da violência política organizada, outras formas de violência ou ameaças, como catástrofes naturais, doenças, mudanças climáticas, fome e problemas económicos. A segunda defende uma visão menos holística do conceito, argumentando que a segurança humana se concentra principalmente na proteção do indivíduo contra a violência política por um lado, e na capacidade de intervir para evitar ameaças às custas de estratégias a longo prazo e planeamento sobre questões de sustentabilidade e desenvolvimento humano, por outro. Neste caso, as ameaças a serem enfrentadas são relativamente tradicionais, como conflitos armados, abuso dos direitos humanos, insegurança e combate ao crime organizado (Marcos; Teixeira, 2019). Portanto, por um lado, a visão alargada defende “freedom for want” e, por outro, a visão estreita defende “freedom for fear”.

1.5. Teorias da globalização

A globalização é um processo que se refere ao alto grau de interdependência entre pessoas e outros atores, procurando alcançar a

homogeneização da vida económica, política e cultural em todo o mundo. “*Increase in interconnections, or interdependence, a rise in transnational flows and an intensification of processes such that the world is in some respects, becoming a single place*” (Kaarbo; Ray, 2011, p. 503). Os desenvolvimentos tecnológicos, particularmente as revoluções na comunicação, são um mecanismo importante por trás da globalização, porque ajuda as três áreas principais da globalização – economia, a política e a cultura – a atravessarem fronteiras. A globalização económica é o aumento da integração económica que se aproxima de uma economia global única. Numa economia globalizada, fronteiras e distância não impedem as transações económicas. Neste sentido, a globalização económica envolve avançar em direção a um mercado global. A globalização política é “a extensão das relações políticas sobre o espaço e o tempo; a extensão do poder político e da atividade política além das fronteiras do Estado nacional moderno” (Kaarbo; Ray, 2011, p. 507). Envolve novos atores políticos e atividades políticas transnacionais num novo sistema de governação global. A globalização cultural significa que normas, práticas, símbolos e valores de uma cultura se espalham globalmente. A disseminação de valores e práticas culturais é facilitada pela intensa circulação das pessoas entre países (Kaarbo; Ray, 2011).

Existem, em termos gerais, três posições distintas relativamente ao fenómeno da globalização. Os hiperglobalizadores são indivíduos que acreditam que a globalização contemporânea produziu uma era nova e única, sem precedentes.

For the hyperglobalizers ... contemporary globalization defines a new era in which peoples everywhere are increasingly subject to the disciplines of the global marketplace ... Economic globalization is constructing new forms of social organization that are supplanting, or will eventually supplant, traditional nation-states as the primary economic and political units of world society (Kaarbo; Ray, 2011, p. 514).

Os céticos da globalização, por sua vez, apontam para longas tendências históricas ao argumentar que a globalização não é nova. Se a globalização é o aumento do contacto de pessoas no espaço geográfico, então “*when groups of people first came into contact with one another through conquest, trade, and migration, the globe began to shrink*” (Kaarbo; Ray, 2011, p. 514). Os transformacionistas são indivíduos que reconhecem as raízes históricas da globalização, mas consideraram que a dimensão e a velocidade da dinâmica globalizante atual têm características distintas.

Transformationalists make no claims about the future trajectory of globalization; nor do they seek to evaluate the present in relation to some single, fixed ideal-type “globalized world,” whether a global market or a global civilization. Rather, transformationalist accounts emphasize globalization as a long-term historical process ... Such caution about the exact future of globalization is matched, nonetheless, by the conviction that contemporary patterns of global economic, military, technological, ecological, migratory, political and cultural flows are historically unprecedented (Kaarbo; Ray, 2011, p. 517).

Nem todos aceitam que os processos globalizantes sejam verdadeiramente globais, considerando que estes estão limitados a partes específicas do mundo. Os céticos da globalização consideram que a dimensão da globalização não é global, devido às vastas diferenças económicas, políticas e culturais de acesso à tecnologia entre o Norte e o Sul. Muitos consideram que a globalização está a agravar essa desigualdade económica Norte-Sul. Outros opõem-se à globalização porque a veem como uma ameaça às lealdades locais e nacionais, e a persistência e crescimento do nacionalismo nos últimos anos constituem uma contra tendência à globalização cultural. Outras fontes de oposição à globalização são grupos trabalhistas e produtores locais que criticam as empresas multinacionais, e os grupos ambientais (Kaarbo; Ray, 2011).

O debate sobre a globalização envolve a relação entre forças globais e o Estado soberano. Alguns veem as tendências atuais culminando no eventual fim do Estado num mundo sem fronteiras. Outros argumentam que os Estados são capazes de combater algumas perdas do seu poder e são até os motores por trás da globalização. De acordo com os hiperglobalizadores, a dinâmica da globalização, particularmente as associadas à globalização económica, sinaliza o eventual fim do Estado soberano.

Hyperglobalizers argue that economic globalization is bringing about a “denationalization” of economies through the establishment of transnational networks of production, trade and finance. In this “borderless” economy, national governments are relegated to little more than transmission belts for global capital, or ultimately, simple intermediate institutions sandwiched between increasingly powerful local, regional and global mechanisms of governance (Kaarbo; Ray, 2011, p. 527).

Os céticos da globalização alertam para não se exagerar o impacto das atuais tendências económicas, políticas e culturais no Estado soberano.

Far from considering national governments as becoming immobilized by international imperatives, they point to their growing centrality in the regulation and active promotion of cross-border economic activity. Governments are not the passive victims of internationalization but, on the contrary, its primary architects (Kaarbo; Ray, 2011, p. 528-29).

O ponto de vista transformacionista está entre as previsões de que o Estado enfraquecerá e as alegações de que o Estado é forte, ou até é mais forte hoje do que nunca.

At the core of the transformationalist case is a belief that contemporary globalization is reconstituting ... the power, functions and authority of national governments ... Rather than globalization bringing about

the “end of the state,” it has encouraged a spectrum of adjustment strategies and, in certain respects, a more activist state. Accordingly, the power of national governments is not necessarily diminished by globalization but on the contrary is being reconstituted and restructured in response to the growing complexity of processes of governance in a more interconnected world (Kaarbo; Ray, 2011, p. 530).

As várias perspetivas teóricas da política mundial apontam para diferentes aspetos da relação Estado-global no futuro. Os realistas, por exemplo, acreditam que o Estado irá sobreviver e controlar a globalização. Os liberais focam-se mais nos atores não estatais, particularmente nos indivíduos e na sua nova capacidade de desafiar a autoridade dos Estados. O realismo concorda com o argumento cético sobre o Estado. O Estado irá, e deverá, zelosamente guardar o seu poder soberano e procurar aumentá-lo quando puder. Espera-se que os Estados se oponham a quaisquer esforços ou processos que ameacem a sua autonomia. Quando os interesses de atores não estatais e estatais colidem, os Estados mantêm a capacidade e a vontade de prevalecer. Os realistas acreditam na reafirmação contínua da soberania como característica definidora dos Estados no futuro. O liberalismo está mais bem preparado para lidar com os processos de globalização atuais e futuros. À medida que o grau e a dimensão da interdependência continuam a aumentar, os Estados terão de coordenar ainda mais as suas atividades; atores não estatais e subestatais vão tornar-se cada vez mais importantes. Os valores da liberdade, por exemplo, vão continuar a espalhar e elevar o status do indivíduo na política mundial por meio da democratização, liberdade de movimento e direitos humanos acima dos direitos estatais. Para o Construtivismo, a globalização é o que Estados e atores não estatais fazem dela; não é a realidade atual da globalização económica, política e cultural que é importante, é como esses processos estão a ser socialmente construídos ou entendidos na sociedade mundial; o importante a saber sobre a globalização e o seu futuro é como ela está a ser

interpretada e modelada pelos atores e pelo contexto social. O futuro da globalização e o futuro do Estado não são determinados pelos interesses dos atores, mas pela forma como a política global é construída ao longo do caminho (Kaarbo; Ray, 2011).

Na disciplina de Relações Internacionais, as diversas perspetivas teóricas fazem interpretações alternativas de como as relações internacionais funcionam, por que os atores fazem o que fazem e de quais são os fatores subjacentes que governam as relações na política global. Elas permitem-nos uma melhor compreensão na análise da disciplina, ao apresentarem explicações alternativas dos mesmos eventos ou factos e fornecerem uma base para entendê-los (Kaarbo; Ray, 2011). Tradicionalmente, existem duas teorias centrais da RI: realismo e liberalismo. Embora tenham sofrido grandes desafios de outras teorias, permanecem centrais na disciplina. Os realistas compartilham uma visão pessimista devido ao foco na centralidade do Estado e à necessidade de segurança e sobrevivência em um sistema anárquico, onde ele só pode confiar verdadeiramente em si mesmo. Os liberais compartilham uma visão otimista da RI, acreditando que a ordem mundial pode ser melhorada. Os construtivistas destacam a importância dos valores e dos interesses compartilhados entre indivíduos que interagem no cenário global. O pensamento da escola inglesa é frequentemente visto como um meio-termo entre a teoria liberal e a realista. Os teóricos críticos opõem-se a pressupostos comuns no campo das RI, que têm sido centrais desde a sua criação, ao defenderem novas abordagens mais adequadas para entender e questionar o mundo em que nos encontramos (McGlinchey; Walters; Gold, 2017).

O realismo é uma perspetiva teórica para entender as relações internacionais que destaca os Estados como o ator mais importante na política global, a natureza anárquica do sistema internacional e a busca do poder para garantir os interesses dos Estados (Kaarbo; Ray, 2011). O primeiro pressuposto do realismo é que o Estado é o ator principal nas relações internacionais. Existem outros órgãos, como indivíduos e organizações não governamentais, mas o

seu poder é limitado. Segundo, o Estado é um ator unitário. Os interesses nacionais levam o Estado a falar e agir com uma só voz. Terceiro, os decisores são atores racionais, no sentido de que a tomada racional de decisões leva à busca do interesse nacional. Ou seja, tomar ações que tornariam o seu Estado fraco ou vulnerável não seria racional. Finalmente, os Estados vivem num contexto de anarquia, isto é, na ausência de alguém responsável internacionalmente. Devido à ausência de uma hierarquia estabelecida, os Estados podem confiar apenas em si mesmos (Antunes; Camisão, 2017). O realismo é centrado no Estado por causa da posição central e predominante que os Estados desempenham nesta perspetiva. Os Estados são governos que exercem autoridade suprema ou soberana sobre um território definido. Soberania significa que os Estados são legalmente a autoridade suprema sobre o seu território e nenhum outro ator no sistema internacional tem o direito legal de interferir nos assuntos internos dos Estados. Para os realistas, são esses Estados que determinam o que acontece no mundo e podem, se quiserem, controlar todos os outros atores. Os Estados perseguem os seus interesses, definidos como poder. Os interesses do Estado, e não os seus valores ou preferências ideológicas, são a razão por trás de todo o ato estatal. É a maximização do poder que interessa ao Estado. Assim, tudo o que um Estado faz pode ser explicado pelo seu desejo de manter, salvaguardar ou aumentar o seu poder em relação a outros Estados. Como os Estados exercem autoridade soberana sobre um território definido e nenhum outro ator no sistema internacional tem maior autoridade sobre os Estados, não há um governo mundial para cuidar dos interesses de cada um dos Estados. Segundo o realismo, a característica definidora da política global é a anarquia do sistema internacional. Anarquia não significa caos ou confusão, mas simplesmente a ausência de uma autoridade política abrangente ou de um governo mundial. Para os realistas, a anarquia é o que torna a política internacional muito diferente da política doméstica. Dentro dos sistemas políticos, os indivíduos podem viver pacificamente sabendo que

existe um governo para fornecer-lhes proteção na forma de defesa nacional e política interna e para fornecer leis que dissuadam ou punam aqueles que procuram prejudicar os seus interesses individuais. Os Estados no sistema internacional não desfrutam dessa capacidade. Sem uma autoridade mundial internacional, eles devem cuidar dos seus próprios interesses. A forma como eles fazem isso, de acordo com o realismo, é assegurando e mantendo o seu poder. Manter o poder é uma resposta racional ao sistema internacional anárquico. Para o realismo, a busca pelo poder e pelos interesses políticos é separada das esferas económicas, morais e de qualquer outra esfera da atividade humana. Além disso, as considerações de poder devem vir primeiro. As ações tomadas em nome da riqueza económica devem ser avaliadas de acordo com a forma como ela contribui ou diminui os interesses nacionais. Os realistas também alertam contra a aplicação de princípios morais às ações estatais. Eles desaprovam políticas de direitos humanos que não aumentam o poder de um Estado e podem até ameaçá-lo. O foco no realismo está na continuidade. Como todos os Estados, não importa quando, não importa onde, são todos motivados pelo mesmo desejo de proteger os seus interesses, maximizando o seu poder, principalmente o poder militar, o realismo vê grande continuidade nas relações internacionais. Apesar de todas as mudanças na política mundial ao longo do tempo, os realistas dizem que os Estados estão basicamente a fazer a mesma coisa que fizeram sempre, isto é, buscar poder (Kaarbo; Ray, 2011). O liberalismo é uma perspetiva teórica que destaca a interdependência entre Estados e atores subestatais como a principal característica do sistema internacional. Enquanto o realismo destaca uma grande continuidade nas relações internacionais ao longo dos séculos, o liberalismo contemporâneo vê grandes mudanças. Em particular, Estados e sociedades tornaram-se tão interdependentes na segunda metade do século XX que, de acordo com o liberalismo, o modo como eles se relacionam mudou de maneira fundamental. Interdependência significa que os Estados estão ligados entre si. O que

acontece dentro de um Estado pode ter efeitos significativos no que acontece dentro de outro Estado, e as relações entre dois Estados podem afetar bastante as relações entre outros Estados. Segundo o liberalismo, a interdependência complexa tornou-se a característica dominante da política global. A interdependência complexa possui três componentes específicas: múltiplos canais, múltiplos problemas e o declínio no uso e na eficácia da força militar. Primeiro, a interdependência complexa significa que existem múltiplos canais entre uma variedade de atores na política internacional. Embora o liberalismo não negue que as conexões interestaduais permaneçam importantes, ele propõe que os Estados não são os únicos atores importantes na política global. Há uma variedade de atores não estatais que o liberalismo considera compartilhar o cenário mundial com os Estados. Os atores transnacionais operam além das fronteiras do Estado e incluem empresas multinacionais (EMNs), organizações não governamentais (ONGs) e organizações intergovernamentais (OIGs). Além disso, as relações entre atores subestatais também compõem os múltiplos canais em um mundo complexo e interdependente. Com a crescente atividade de atores subestatais e transnacionais, o liberalismo vê uma rede complexa de conexões em todo o mundo. Os Estados não são os únicos atores a ter interesses que orientam as suas ações. Os atores não estatais têm os seus próprios objetivos e interesses que às vezes divergem dos do Estado. A segunda componente da interdependência complexa é que existem vários problemas, não apenas a segurança militar, que interessam à variedade de atores globais. Questões económicas, ideológicas, religiosas e culturais fazem parte da agenda global. Além disso, questões de segurança não dominam a agenda, como supõe o realismo. Mesmo questões que o realismo vê como puramente domésticas ou internas ao Estado, podem envolver-se na política internacional. Neste sentido, a política doméstica pode tornar-se automaticamente política externa por causa das conexões entre questões, os múltiplos canais que operam no mundo e a interdependência entre os atores. A divi-

são de questões do realismo como estrangeira ou doméstica, argumenta o liberalismo, está desatualizada e artificial. Finalmente, a interdependência complexa significa que a força militar não é tão eficaz ou frequentemente usada como era no passado. Muitas das questões que preocupam os Estados e os atores não estatais não se prestam a soluções militares. Interdependência complexa significa que os Estados estão limitados no uso do poder militar, porque o uso desse poder apenas prejudica os múltiplos interesses dos Estados e de outros atores. Essas três componentes da complexa interdependência levam o liberalismo a esperar muito mais cooperação na política global do que o realismo. Este é o ponto principal de discordância entre as duas perspectivas. Enquanto os liberais não negam que o conflito ocorra, eles argumentam que a cooperação é a norma e que o realismo exagera a importância e a frequência do conflito. Segundo o liberalismo, os Estados cooperam, porque é do seu interesse fazê-lo. As múltiplas conexões entre Estados e atores subestatais, principalmente nas democracias, servem para impedir que os Estados se envolvam em conflitos que possam prejudicar os seus interesses econômicos. A última grande diferença entre realismo e liberalismo diz respeito ao papel das organizações internacionais. Não apenas as organizações internacionais estão cada vez mais presentes na política global, servindo como um desafio potencial aos Estados como ator dominante, como também o liberalismo vê os Estados promovendo ativamente o surgimento de organizações internacionais, particularmente organizações intergovernamentais das quais os Estados são membros. As instituições internacionais fornecem uma arena para a comunicação e a negociação diplomática e uma alternativa aos meios conflituosos. As instituições internacionais também ajudam os Estados a estabelecer acordos e leis internacionais que podem fornecer incentivos à cooperação e respostas coletivas organizadas para punir os países que não cooperam. Além disso, as instituições internacionais podem mudar os interesses de um Estado, desenvolvendo novas normas de comportamento internacional, como o respeito aos direitos humanos,

e desenvolvendo mecanismos para áreas de cooperação, como na integração econômica. O realismo, no entanto, vê essas instituições como uma ameaça à soberania e aos interesses do Estado, e considera que estas têm pouco impacto no comportamento do Estado (Kaarbo; Ray, 2011).

Por terem um foco dominante no Estado, as teorias tradicionais não abriram muito espaço para observar a ação dos indivíduos. O construtivismo explica essa questão argumentando que o mundo social é da nossa autoria. Os atores, geralmente poderosos, como líderes e cidadãos influentes, moldam continuamente, e às vezes remodelam, a própria natureza das relações internacionais através das suas ações e interações. O construtivismo vê o mundo e o que podemos saber sobre o mundo como socialmente construído. Os construtivistas vão além da realidade material, incluindo o efeito de ideias e crenças na política mundial. Isso implica que a realidade está sempre em construção, o que abre a perspectiva de mudança. Em outras palavras, os significados não são fixos, mas podem mudar com o tempo, dependendo das ideias e crenças que os atores mantêm. Os construtivistas argumentam que agência e estrutura são mutuamente constituídas, o que implica que as estruturas influenciam a agência e essa agência influencia as estruturas. A agência pode ser entendida como a capacidade de alguém agir, enquanto a estrutura se refere ao sistema internacional que consiste em elementos materiais e ideacionais. Essa postura difere consideravelmente da dos realistas, que argumentam que a estrutura anárquica do sistema internacional determina o comportamento dos Estados. Os construtivistas, por outro lado, argumentam através de Wendt que “anarquia é o que os Estados fazem dela” (Theys, 2017, p. 37). Isso significa que a anarquia pode ser interpretada de diferentes maneiras, dependendo do significado que os atores lhe atribuem. Os construtivistas argumentam que os Estados podem ter múltiplas identidades que são construídas socialmente através da interação com outros atores. As identidades são representações do entendimento de um ator sobre quem ele é, o que,

por sua vez, indicam os seus interesses. Elas são importantes para os construtivistas, pois argumentam que as identidades constituem interesses e ações. As ações de um Estado devem estar alinhadas com a sua identidade. Um Estado não pode, portanto, agir contrariamente à sua identidade, porque isso colocará em questão a validade da identidade, incluindo as suas preferências. Os Estados que se ajustam a uma determinada identidade devem cumprir as normas associadas a essa identidade. Essa ideia vem com a expectativa de que alguns tipos de comportamento e ação sejam mais aceitáveis que outros. Apesar de partilharem as mesmas ideias, há uma variedade considerável no construtivismo. Os construtivistas convencionais questionam o que faz um ator agir. Eles acreditam que é possível explicar o mundo em termos causais e estão interessados em descobrir as relações entre atores, normas sociais, interesses e identidades. Os construtivistas convencionais assumem, por exemplo, que os atores agem de acordo com a sua identidade e que é possível prever quando essa identidade se torna visível ou não. Quando uma identidade parece estar a passar por mudanças, os construtivistas convencionais investigam quais são os fatores que fizeram com que aspectos da identidade de um Estado mudassem. Os construtivistas críticos, por outro lado, questionam como é que os atores acreditam em uma determinada identidade. Ao contrário dos construtivistas convencionais, eles não estão interessados no efeito que essa identidade tem. Em vez disso, os construtivistas críticos querem reconstruir uma identidade, isto é, descobrir quais são as suas partes componentes, que eles acreditam serem criados por meio de comunicação escrita ou falada entre e entre os povos. A linguagem desempenha um papel fundamental para os construtivistas críticos, porque constrói e tem a capacidade de mudar a realidade social. Os construtivistas mostram que não é apenas a distribuição de poder material, riqueza e condições geográficas que pode explicar o comportamento do Estado, mas também ideias, identidades e normas. Além disso, o seu foco em fatores ideacionais mostra que a realidade não é fixa, mas sujeita a

mudanças (Theys, 2017).

A teoria da escola inglesa é construída em torno do estabelecimento de distinções entre três conceitos-chave: sistema internacional, sociedade internacional e sociedade mundial. Ao fazer isso, abre um novo espaço na teoria das Relações Internacionais e oferece um meio-termo entre as teorias opostas do realismo e do liberalismo. O seu principal autor, Hedley Bull, definiu o sistema internacional como sendo formado “*when two or more states have sufficient contact between them, and have sufficient impact on one another’s decisions to cause them to behave as parts of a whole*”. Nessa definição, o sistema internacional trata principalmente de política de poder entre Estados cujas ações são condicionadas pela estrutura internacional anárquica. Uma sociedade internacional existe quando um grupo de Estados com ideias semelhantes “*conceive themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and share in the working of common institutions*”. Ou seja, a sociedade internacional trata da criação e manutenção de normas, regras e instituições compartilhadas. Finalmente, a sociedade mundial é mais fundamental que a sociedade internacional porque “*the ultimate units of the great society of all mankind are not states ... but individual human beings*” (Stivachtis, 2017, p. 28). Assim, a sociedade mundial transcende o sistema estatal e toma indivíduos, atores não estatais e, finalmente, a população global como foco das identidades e acordos sociais globais. Um debate importante dentro da escola inglesa gira em torno do pluralismo e do solidarismo. O pluralismo refere-se a sociedades internacionais com um grau relativamente baixo de normas, regras e instituições compartilhadas. Solidarismo refere-se a tipos de sociedade internacional com um grau relativamente alto de normas, regras e instituições compartilhadas. O debate pluralista/solidarista é basicamente sobre como a sociedade internacional se relaciona com a sociedade mundial ou, em outras palavras, com as pessoas. A questão principal tem sido como reduzir a tensão entre as necessidades e imperativos dos Estados e as necessidades e imperativos da humanidade.

Importantes para o debate pluralista/solidarista são as questões sobre se o direito internacional deve incluir o direito natural ou o direito positivo. Esse debate manifesta-se de maneira mais intensa entre as reivindicações de soberania dos Estados, via pluralismo, por um lado, e a ideia de que direitos universais são investidos nas pessoas, via solidarismo, por outro. No caso da União Europeia, com o passar do tempo, o processo de integração ganhou força, amplitude e profundidade, resultando na criação de instituições supranacionais, leis e políticas. Isso, por sua vez, levou, entre outras coisas, à criação de uma sociedade mundial da UE que sustenta a sociedade internacional da UE. Ao mesmo tempo, a legislação e as políticas da UE procuram regular as relações entre a União e, por um lado, os seus Estados-membros e, por outro, o seu povo. Desse modo, são abordadas as tensões entre as necessidades e imperativos dos Estados e as necessidades e imperativos das pessoas, bem como a tensão entre os imperativos de ordem e justiça, que constituem o cerne do debate pluralista/solidarista (Stivachtis, 2017).

As teorias críticas incorporam uma grande variedade de abordagens, todas elas focadas na ideia de libertar as pessoas do Estado moderno e do sistema económico, um conceito conhecido pelos teóricos críticos como emancipação. Influenciada por autores como Kant e Marx, os teóricos críticos criticam práticas e instituições sociais repressivas no mundo atual e promovem a emancipação, apoiando ideias e práticas que atendem aos princípios universalistas da justiça. Este tipo de crítica tem uma dimensão transformadora no sentido de que visa mudar as sociedades nacionais, as relações internacionais e a sociedade global emergente, a partir de ideias e práticas alternativas que permanecem no contexto do processo histórico. Os dois principais autores da teoria crítica são Robert Cox e Andrew Linklater, que foram influenciados por Gramsci e Habermas, respetivamente. Ambos usam a emancipação como um princípio para criticar ou avaliar a sociedade e a ordem política global e identificam o potencial da emancipação que se desenvolve den-

tro do processo histórico, mas consideram que este pode não ser inevitável. Contudo, enquanto Cox se concentra nas lutas contemporâneas de redistribuição, Linklater foca-se nas questões de identidade e comunidade como mais significantes do que as relações económicas na busca atual pela emancipação. Cox desafia os pressupostos do realismo, nomeadamente o estudo das relações interestaduais isoladamente de outras forças sociais. Ele enfatiza a necessidade de se ver a política global como uma construção coletiva evoluindo através da complexa interação das forças estatais, subestatais e transestatais nas esferas económicas, culturais e ideológicas. Cox apresenta uma imagem do sistema político mundial criado pela hegemonia e hierarquias de poder fabricadas na arena económica. “*Theory is always for someone and for some purpose*” (Ferreira, 2017, p. 50). Portanto, o poder é entendido no contexto de um conjunto de relações de produção globalizadas que exigem a transformação do Estado-nação e depende da combinação de elementos e ideias materiais para adquirir legitimidade. O projeto crítico de Linklater visa reconstruir o cosmopolitismo, inspirando-se em ações não instrumentais e pressupostos do discurso ideal desenvolvidas por Habermas. O discurso ideal é a ferramenta crítica usada na reconstrução das comunidades políticas através do diálogo aberto e da comunicação não coercitiva, um processo pelo qual todos os afetados pelas decisões políticas apresentam as suas reivindicações e as justificam com base em argumentos racionais e princípios de validade universalmente aceites. Esse método coloca questões sobre a “boa vida”, isto é, como uma sociedade deve ser, e questões de justiça sobre como os membros de uma sociedade escolhem como deve ser a sua sociedade. Para Linklater, o desenvolvimento histórico da cidadania demonstra o potencial e as limitações de um processo de discussão aberta sobre direitos que cada um tem no contexto do sistema estatal. Cidadania tem sido o conceito crítico e conjunto de práticas que permitem o gozo de direitos universais dentro de uma comunidade, tais como liberdade de consciência, liberdade de movimento, liberdade de asso-

ciação, mas também a proteção de minorias vulneráveis, concedendo-lhes direitos específicos para evitar ou atenuar os efeitos da discriminação. Por outro lado, a cidadania dividiu a humanidade em grupos nacionais e, portanto, tem sido uma barreira para a realização universal da liberdade humana. Linklater defende o potencial de um conceito mais universal de cidadania, remodelado por meio de um diálogo aberto entre os afetados pelos processos globais que estão a modificar o mundo. Portanto, a teoria crítica pode ser vista como um instrumento dos oprimidos para promover tipos de relações globais mais equitativos. A teoria crítica combate as abordagens tradicionais, principalmente o liberalismo e o realismo, considerando que estes alimentam os desequilíbrios de uma ordem global injusta ao não questionar ou criticar as suas reivindicações fundamentais. A obra de Linklater é marcada pela consciência de que a modernidade é um projeto inacabado no seu potencial para alcançar a liberdade humana, nomeadamente através da transformação do sistema competitivo de Estados separados numa comunidade global. De uma perspectiva crítica, as pessoas, e não os Estados, devem ser colocadas no centro da política, seja esta global ou não (Ferreira, 2017).

2. Análise da campanha no referendo do Brexit

2.1. Metodologia

Relativamente à metodologia utilizada para atingir o objetivo central da presente dissertação, recorreu-se a uma análise qualitativa através de uma revisão de literatura e uma análise de dados quantitativos. A análise qualitativa expõe o necessário confronto de ideias e de teorias num contexto científico e académico e aborda várias disciplinas relacionadas com o tema, tais como Relações Internacionais, Ciência Política e Comunicação Política, entre outras, que permitem uma compreensão geral do fenómeno a ser estudado. A análise quantitativa é indispensável por estarmos a analisar um referendo, o que predispõem estatísticas explicativas do resultado, com base na opi-

nião e decisão dos eleitores.

Para a análise do contexto e do resultado do referendo, recorre-se a uma revisão de literatura de vários artigos científicos indexados na Web of Science. Na pesquisa, o intervalo temporal indicado foi entre 2016 e 2019, pois a realização do referendo foi em 2016, sendo a partir desse momento que começam a ser publicados artigos sobre este tema. As palavras-chave usadas na pesquisa foram “*Brexit referendum*” e “*EU referendum*”, com o intuito de recolher o máximo de artigos possíveis relacionados com a temática a ser estudada. Os critérios adotados para selecionar determinada literatura e excluir outra foram a leitura do título dos artigos e, em caso de dúvida sobre o conteúdo, do resumo dos mesmos, o que permitiu saber se eram úteis ao estudo. Recorre-se também a uma análise de dados quantitativos com recurso à Comissão Eleitoral do Reino Unido, para analisar os resultados do referendo, e ao Lord Ashcroft Polls, para termos uma perceção de alguns dados explicativos do referendo.

Posteriormente, sobre a influência das campanhas, recorre-se a um confronto de ideias de diversos autores sobre a questão, tais como Tim Shipman, Andrew Glencross, Harold Clarke, Matthew Goodwin e Paul Whiteley. Nesta secção recorre-se sobretudo a livros com o objetivo de aprofundar ao máximo o conhecimento sobre este período anterior ao referendo.

Por fim, sobre se o resultado constitui um retrocesso no processo de globalização, recorre-se ao relatório “*The Global Risks Report 2017*” do Fórum Económico Mundial, que considera o resultado do referendo um risco global devido ao ressurgimento dos movimentos populistas que põem em causa o processo de globalização. Outros autores, tais como Browning e Rushkoff, também foram consultados, para expor o populismo antiglobalização e o aparecimento de uma era digital nacionalista, respetivamente. Aplicam-se as teorias das Relações Internacionais com o objetivo de debater se a vitória do “*Leave*” no referendo é um retrocesso para a globalização e se há uma recuperação da importância do Estado soberano, tendo em conta a relação entre o Reino Unido e

a União Europeia num cenário pós-Brexit.

2.2. Análise e discussão

2.2.1. Contexto e resultado do referendo

Para entendermos o que levou David Cameron a prometer um referendo sobre a permanência na União Europeia, é necessário fazer uma breve análise político-histórica da relação conturbada do Reino Unido com a União Europeia, desde a sua adesão até ao último mandato de Cameron como primeiro-ministro. Essa análise será realizada através do contexto internacional, com os efeitos externos que a União provocou no Reino Unido, e do contexto interno, com os efeitos internos que o Partido Conservador provocou durante o mandato de Cameron. O Reino Unido aderiu à CEE em 1973, sobretudo por motivos económicos, contudo o projeto europeu procurou criar uma união cada vez mais integrada, nomeadamente através do Tratado de Maastricht em 1992, algo que nunca agradou aos britânicos que sempre preservaram a sua soberania nacional e desconfiaram do aprofundamento da integração europeia e da sua dimensão supranacional, com o aumento gradual do sentimento eurocético. O Tratado de Maastricht desafiou o pressuposto anterior de que a UE era apenas um bloco comercial de nações com ideias semelhantes, construídas em torno da noção de um mercado único europeu. Isto é particularmente significativo no contexto do Reino Unido, pois é nesta fase que o argumento económico da adesão britânica à UE começa a ser substituído pelo debate sobre a politização da Europa, impulsionando a questão da soberania parlamentar na frente da discussão. Maastricht também consagra o princípio da liberdade de circulação na UE, algo que os opositores da UE no Reino Unido exploraram progressivamente na sua retórica e discurso eurocético. Outros fatores também contribuíram para o crescimento do euroceticismo no Reino Unido, tais como o alargamento da UE aos países de leste em 2004 e 2007, com os eurocéticos a vincularem a sua retórica anti-UE a preocupações com o desemprego e a segurança no emprego decorrentes dos

fluxos migratórios dos Estados da UE, com a imigração e asilo e à insegurança percebida nas fronteiras ampliadas no leste da UE, e com agravamento das preocupações com as grandes empresas que se deslocaram para os Estados da UE. O impacto da crise económica de 2008 na Zona Euro favoreceu politicamente os eurocéticos. Com o desenvolvimento da crise da dívida soberana, o argumento económico das vantagens do euro foi colocado sob crescente pressão. Embora as origens da crise económica tenham sido emanadas do exterior da Zona Euro, o euro rapidamente se tornou o culpado de todas as desigualdades socioeconómicas sofridas após 2008: o aumento do custo de vida, o aumento do desemprego, os cortes de austeridade e os resgates em vários Estados-membros. Esta situação afetou a credibilidade da UE e aprofundou ainda mais o euroceticismo face à sua incapacidade de resolver a crise (Startin, 2015). Em 2015, uma grande crise de refugiados eclodiu no continente europeu, provocando uma crescente ansiedade pelo número de refugiados que tentavam entrar na UE. Entre agosto e outubro de 2015, estimou-se que mais de 100 mil pessoas por mês entravam na Europa por mar. Os debates sobre a capacidade dos governos ocidentais em controlar a imigração, proteger as suas fronteiras e proteger os cidadãos do terrorismo intensificaram-se. Além disso, o Migration Watch, um think-tank inglês, estimou que cerca de 5 milhões de requerentes de asilo poderiam ir para a Europa, e assim que eles obtivessem a cidadania da UE, cerca de meio milhão poderia chegar ao Reino Unido, o que tornou a imigração a questão dominante da agenda política no Reino Unido no início de 2016 (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). Podemos verificar que Maastricht aumentou o sentimento nacionalista do Reino Unido, pois retirou a soberania política a um Estado que sempre preservou os seus valores e interesses, o que fez com que este perdesse alguma da sua independência e do seu poder em detrimento da UE. Os alargamentos da União e a crise da Zona Euro aumentaram a preocupação com a segurança humana, sobretudo na área económica, devido a preocupações relacionadas com a

pobreza por parte dos cidadãos britânicos e pelos problemas económicos da UE. Por sua vez, com a crise dos refugiados, há um processo de securitização, neste caso por parte de um think-tank inglês, que torna a imigração a principal ameaça ao Reino Unido. No contexto interno, em matéria de política europeia, o mandato de Cameron foi marcado pela gestão partidária, face às exigências da sua bancada parlamentar maioritariamente eurocética, e a renegociação com a UE, após a vitória na eleição geral de 2015. David Cameron falhou a gestão da questão europeia, e na raiz desse fracasso estão as opções que ele tomou no início da sua liderança em duas questões essenciais: o euroceticismo e a imigração. Na primeira questão, Cameron seguiu um caminho eurocético tradicional no Partido Conservador, ao acomodar-se com a opinião eurocética do seu partido, o que levou a promessas no manifesto de 2010 com o objetivo de pacificar o partido. Uma dessas promessas foi a introdução de um bloqueio de referendo a quaisquer novos tratados da União, que foi cumprida em 2011 face à pressão da ala conservadora eurocética, o que garantiu um referendo em caso de futuras transferências de soberania para a UE. Na segunda questão, Cameron tentou minimizar a imigração como uma questão de campanha, o que contrariou a posição firme dos conservadores de reduzir a migração líquida no manifesto (Hayton, 2018). O ceticismo no partido aumentou gradualmente à medida que as ameaças percebidas associadas à adesão à UE se intensificaram. As ameaças de permanecer numa União não reformada eram diversas: a ameaça da soberania causada pela mentalidade integracionista e expansionista da União; a ameaça económica com a crise da Zona Euro; a ameaça identitária com o aumento da imigração associada à insegurança económica dos trabalhadores britânicos; e a ameaça eleitoral com a emergência do UKIP, um partido populista que conseguiu bons desempenhos nas eleições locais, eleições europeias de 2014 e nas eleições gerais de 2015. Os deputados da ala eurocética do Partido Conservador desconfiavam da capacidade de Cameron em lidar com as várias ameaças de

permanecer numa União Europeia em crise. Esta desconfiança deve-se a três fatores. Primeiro, o facto de Cameron ter descartado, em 2009, a sua promessa de realizar um referendo sobre a ratificação do Tratado de Lisboa, convenceu o partido da necessidade de pressioná-lo constantemente em relação à política da UE. Segundo, as dúvidas sobre a vontade de Cameron em se comprometer com as suas políticas foram agravadas pela formação de uma coligação com os Liberais Democratas, um partido europeísta. Terceiro, esses deputados nunca se convenceram do argumento de subestimar a imigração e o euroceticismo, e o fracasso de Cameron nas eleições de 2010 solidificou a crença de que boa parte do voto do UKIP era de conservadores descontentes. Os eurocéticos consideraram que o primeiro-ministro estava demasiado relaxado em relação às ameaças de continuar numa União Europeia não reformada. A consequência dessa inação foi que o euroceticismo se tornou mais incorporado do que antes, transformando-se em variantes de ceticismo mais duras ou suaves. Quando os conservadores voltaram ao governo em 2010, ficou claro que avaliar a divisão europeia no conservadorismo britânico entre eurófilos e eurocéticos deixou de fazer sentido. Isso ocorreu em parte devido à erosão do sentimento pró-europeu dentro do Partido Conservador, estimando-se que apenas 7 membros dos 306, no mandato de 2010 a 2015, eram eurófilos. No entanto, a principal razão foi que o euroceticismo deixou de capturar a forma pragmática promovida por Cameron, sendo substituído por um euroceticismo mais dogmático expresso na sua bancada parlamentar. Os eurocéticos suaves defendem uma mentalidade “revisionista”, isto é, são a favor da associação, mas contra o integracionismo, por sua vez os eurocéticos duros defendem uma mentalidade “rejeicionista”, ou seja, eram contra a permanência do país na União Europeia. Esta divisão desenvolveu-se significativamente enquanto Cameron era primeiro-ministro. No Parlamento de 2010 a 2015, calculou-se que 81 de 306 apresentavam opiniões eurocéticas duras, e outros 154 mantinham opiniões eurocéticas suaves. Tendo entrado na liderança do Partido Conservador com o

objetivo de superar a divisão sobre a Europa adotando uma posição eurocética suave, Cameron, um eurocético revisionista, não conseguiu impedir o movimento em direção a uma mentalidade eurocética “rejeicionista” dentro do seu próprio partido. Face à pressão interna, Cameron foi forçado a escolher a opção de um referendo, pois os métodos tradicionais de gestão partidária usados por líderes conservadores anteriores não resolviam o problema europeu devido ao descontentamento incontrolável dentro do partido. Cameron tinha de optar por duas opções de gestão partidária, a primeira era reduzir a importância da questão europeia e a segunda era contornar os dissidentes internos, através de um referendo que reforçaria a sua posição de liderança no partido, se o referendo fosse favorável à sua posição. Cameron só podia optar pela segunda opção apesar de todos os riscos que corria, uma vez que a primeira opção era impensável, pois tentar reduzir a importância da União Europeia não funcionaria devido à pressão do UKIP, um partido eurocético duro que atraiu alguns deputados e eleitorado tradicionalmente associados ao Partido Conservador, e dos críticos da sua própria bancada parlamentar face à inércia do líder. Cameron decidiu optar pelo referendo porque ele era um político capaz de correr riscos e estava confiante, pois em decisões arriscadas que tinha tomado, tais como a formação de coligações e o referendo escocês, tinha alcançado o resultado pretendido (Heppel; Crines; Jeffery, 2017). Ao prometer um referendo em 2013, Cameron sabia dos riscos que corria pela sua liderança e pela gestão partidária, ou seja, unia o partido a curto prazo, mas reabria o cisma ideológico a médio prazo. Após a vitória nas eleições de 2015, a união no partido começou a desfazer-se com a emergência de grupos eurocéticos mais radicais. As posições que Cameron adotou ao longo da sua liderança, tolerando o euroceticismo e uma posição firme dos conservadores sobre a imigração, contribuíram para a legitimação da posição eurocética que muitos deputados conservadores adotaram, já que era a posição mais consistente com a postura do partido em relação à imigração e soberania.

Cameron não podia ou não queria desafiar o euroceticismo doutrinário, e na tentativa de satisfazê-lo, estruturou o ambiente político de maneira a levar à sua própria queda (Hayton, 2018).

Cameron cumpriu a sua promessa de realizar um referendo sobre a permanência na União Europeia, ao obter a maioria absoluta de deputados necessária na eleição geral de 2015, contudo o referendo estava dependente da realização de um acordo prévio entre o Reino Unido e a União sobre os termos do seu relacionamento futuro (Soares, 2019). Deste modo, o processo de renegociação com a UE começou após a eleição geral de 2015 no Reino Unido e foi assinada em fevereiro de 2016. Note-se que o Reino Unido usufruía de um regime excepcional dentro da UE, por exemplo ao ter optado por não participar no espaço Schengen nem adotar o euro. Portanto, nestas circunstâncias, não existia muito espaço para novas exigências britânicas, especialmente aquelas que contrariavam os princípios fundamentais da União (Glencross, 2016). Os principais pontos presentes na negociação, exigidos por Cameron numa carta enviada ao então presidente da Comissão Europeia, Donald Tusk, em novembro, eram: prevenir que os Estados-membro da Zona Euro pudessem decidir unilateralmente sobre iniciativas que influenciassem o funcionamento do Mercado Único; reforçar o foco na competitividade; permitir aos Estados-membro optarem por não participar na tentativa de criar uma União ainda mais próxima; e reduzir os direitos dos trabalhadores migrantes a benefícios sociais (Jensen; Snaith, 2016). O plano de Cameron era conseguir mudanças que se alinhassem às preferências britânicas e, desse modo, conseguir uma campanha de referendo tranquila e bem-sucedida. As pesquisas de opinião mostravam que os cidadãos estavam interessados em permanecer numa União reformada. As propostas de Cameron visavam melhorar as condições do Reino Unido numa União Europeia reformada, no entanto as suas propostas foram criticadas internamente por serem demasiado comedidas e por Cameron ter renegociado apenas as preocupações dos eurocéticos suaves, não incluindo

as exigências dos eurocéticos duros do seu partido. De facto, a renegociação proposta por Cameron não tinha uma intenção revolucionária, isto é, não alterava muito o estatuto especial de que o Reino Unido já beneficiava (Glencross, 2018). Apesar de alcançar um bom resultado nos pontos relativos à governação económica, com a União a comprometer-se a proteger os países que não usam o euro de contribuírem para resgates da Zona Euro, à competitividade e à soberania, com a União a assegurar que o Reino Unido não estava legalmente vinculado a uma “*ever close union*”. Cameron não conseguiu o resultado desejado no ponto da imigração, uma vez que a redução dos benefícios sociais aos trabalhadores migrantes não era suficiente para o eleitorado que exigia a redução do número dos migrantes, além disso a UE não estava disposta a abdicar das regras do mercado único e da mobilidade laboral que o caracteriza (Glencross, 2016). Consequentemente, a renegociação não obteve o resultado esperado, apesar de Cameron se mostrar satisfeito com o “estatuto especial” do Reino Unido, essa não era a opinião da maioria dos deputados conservadores que mostraram o seu desagrado com uma renegociação que consideraram falhada (Lynch; Whitaker, 2017). O insucesso da renegociação ficou comprovado através do resultado do referendo.

No dia 23 de junho de 2016, o resultado do referendo foi a vitória do “*Leave*” e a derrota do “*Remain*”. Votaram a favor da saída da União 17 410 742 eleitores (51.89%) e a favor da permanência 16 141 241 eleitores (48.11%). Participaram no ato eleitoral 33 577 342 (72.22%) cidadãos britânicos. Esta grande afluência demonstra a importância da questão em causa e o impacto que a decisão do referendo teria no futuro da população. Analisando o resultado através de um critério geográfico, dentro do Reino Unido, dois países votaram a favor da saída: Inglaterra (53.38%) e o País de Gales (52.53%), e dois países votaram a favor da permanência: Escócia (62%) e a Irlanda do Norte (55.78%). Na Inglaterra, apenas na região da Grande Londres (59.93%) a permanência venceu (The Electoral Commission, 2019). Estes dados indicam que o Reino Unido

apresenta identidades geográficas diversas, não só entre os países que o compõem, mas também dentro dos próprios países, nomeadamente na Inglaterra, com Londres, onde há um maior número de licenciados, a apresentar uma identidade maioritariamente multicultural e europeísta, e as restantes regiões a demonstrarem uma identidade tendencialmente nacionalista e conservadora, especialmente nas cidades com uma população maioritariamente proveniente da classe operária (Hobolt, 2016), o que vai ao encontro da teoria do colonialismo interno, com as desigualdades económicas a levarem os cidadãos da periferia a defenderem o etnonacionalismo, para obterem a redução dessas desigualdades. Há autores que defendem que o Brexit foi feito na Inglaterra, não só por ter sido o país do Reino Unido com maior vantagem percentual a favor da saída, mas também por ser o país que representa 84% da população do Reino Unido. Os resultados na Inglaterra podem ser explicados pelo facto de os ingleses priorizarem a identidade inglesa, que está associada ao euroceticismo, sensação de ausência de voz política, preocupação com a imigração e apoio a partidos de direita (Henderson; Jeffery; Wincott; Jones, 2017). Além dos fatores identitários, há outros fatores explicativos do resultado do referendo. De uma perspetiva sociodemográfica, os jovens e os profissionais altamente qualificados, considerados os “vencedores” da globalização, tinham menos probabilidade de votar no “*Leave*” em comparação aos que foram “deixados para trás”, isto é, os menos qualificados, os mais velhos e os mais pobres. Podemos constatar que os primeiros tendem a abraçar a integração europeia e o multiculturalismo, por sua vez os últimos sentem-se ameaçados pelas mudanças que a globalização e a integração europeia trouxeram. De acordo com as atitudes políticas dos eleitores sobre a questão europeia, tanto as perceções económicas como as preocupações culturais tiveram um impacto substancial nas escolhas de voto. Aqueles que sentiram que a UE tinha enfraquecido a identidade distinta do Reino Unido estavam mais propensos a votar para sair, ao passo que a visão de que a UE tornou o Reino Unido

mais próspero estava mais inclinada a permanecer na União. As atitudes em relação à imigração também foram importantes, os indivíduos que pensavam que o Reino Unido deveria ter muito menos migrantes da UE eram mais propensos a votar para sair. As expectativas sobre as consequências do Brexit tiveram efeitos muito significativos, os eleitores convencidos pelo argumento de que o Brexit reduziria o comércio e o emprego tinham muito mais probabilidade de votar para permanecer na União. Relativamente à elite política no Reino Unido, os eleitores habitualmente seguem as posições dos partidos com os quais mais se identificam, no entanto, antes do referendo não existia uma união partidária, especialmente no Partido Conservador, que era o partido do poder na altura, mas, como já verificamos, este estava dividido internamente, e como tal não adotou uma posição oficial sobre qual seria a opção a melhor opção a ser tomada pelos cidadãos. Consequentemente, essa divisão partidária pode ter contribuído para a falta de confiança na classe política, sendo o referendo uma forma dos cidadãos votarem contra o status quo e punirem o establishment político (Hobolt, 2016). Segundo o Lord Ashcroft Polls, numa sondagem realizada junto de 12 369 pessoas no dia do referendo, após estas terem votado, os principais motivos para permanecer na UE eram: os riscos de sair da União eram muito grandes, quando se pensa nos efeitos que teria na economia, empregos e preços (43%); ter acesso ao mercado único, sem pertencer ao espaço Schengen e ao euro, era ideal (31%); se saísse da União, o Reino Unido ficaria mais isolado (17%). Os principais motivos para sair da UE eram: o princípio de que as decisões sobre o Reino Unido deviam ser tomadas no país (49%); sair da União permitiria recuperar o controlo da imigração e das suas próprias fronteiras (33%); permanecer significava pouca ou nenhuma escolha sobre como a UE expandia os seus membros ou poderes (13%). No geral, as pequenas maiorias de eleitores pensavam que a adesão à UE seria melhor para a economia, o investimento internacional e a influência do Reino Unido no mundo. Por outro lado, pensava-se que deixar a UE

provavelmente traria um melhor sistema de imigração, melhores controlos nas fronteiras, um sistema de bem-estar mais justo, melhor qualidade de vida e capacidade de controlar as próprias leis. A maioria dos que apoiaram os conservadores em 2015 votou para deixar a UE (58%). Por grandes maiorias, os eleitores que viram o multiculturalismo, o feminismo, o movimento verde, a globalização e a imigração como algo benéfico votaram para permanecer na EU; aqueles que os viam como algo prejudicial votaram por maiorias ainda maiores para sair (Ashcroft, 2016). Ou seja, os que votaram para sair privilegiam a cultura nacional e uma identidade baseada na tradição, pois consideram que o carácter multicultural da globalização ameaça os seus valores tradicionais e a identidade nacional.

2.2.2. A influência da campanha

As forças rivais na campanha do referendo foram organizadas em dois campos. De um lado, estavam aqueles que lutavam para manter a adesão do Reino Unido à UE, os “*Remainers*”, compostos por membros de diferentes partidos políticos. A “*Britain Stronger In Europe*” foi designada a campanha oficial do “*Remain*” pela Comissão Eleitoral em abril de 2016. Os principais membros do grupo eram o diretor executivo, Will Straw, o diretor de estratégia, Ryan Coetzee, e o pesquisador responsável pela campanha digital, Andrew Cooper. Outros membros de vários partidos políticos participaram e apoiaram a campanha. Do outro lado, estavam aqueles que lutavam para retirar o Reino Unido da UE, os “*Leavers*”, também provenientes de diferentes partidos políticos, nomeadamente do Partido Conservador e do UKIP, mas também membros do Partido Trabalhista, que criticavam as políticas capitalistas e de austeridade da UE. Em abril de 2016, a Comissão Eleitoral designou o “*Vote Leave*” como a campanha oficial do “*Leave*”. Entre os seus principais membros estavam a presidente Gisela Stuart, deputada do Labour, o presidente executivo, Matthew Elliott, e o diretor de campanha, Dominic Cummings. Outros grupos rivais do “*Vote Leave*”, que não

foram nomeados a campanha oficial pela Comissão Eleitoral, tais como o *"Grassroots Out"* e o *"Leave.EU"*, viriam a desempenhar um papel ativo durante a campanha sobretudo pela presença de Aaron Banks, um importante doador do UKIP e fundador do *"Leave.EU"*, e o seu aliado Nigel Farage. As duas campanhas oficiais tinham direito a gastar até 7 milhões de libras, enviar e-mails publicitários gratuitos aos eleitores, fazer transmissões televisivas e aceder a 600 mil libras em fundos públicos (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017).

Após a conclusão da renegociação, Cameron decidiu apoiar a permanência do Reino Unido na UE e num discurso, a 20 de fevereiro de 2016, identificou aqueles que seriam os seus principais argumentos na campanha do *"Remain"*:

Leaving Europe would threaten our economic and our national security. Those who want to leave Europe cannot tell you if British businesses would be able to access Europe's free trade single market or if working people's jobs are safe, or how much prices would rise. All they are offering is risk at a time of uncertainty – a leap in the dark ... The choice is in your hands (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 30).

Após a declaração, o país iniciou a campanha formal, isto é, o período que antecedeu a nomeação das campanhas oficiais pela Comissão Eleitoral no dia 13 de abril de 2016. No Parlamento, a maioria dos deputados era favorável à permanência, no entanto 138 dos 329 deputados conservadores apoiaram a campanha pela saída. No governo de Cameron, a maioria apoiou a recomendação do governo de votar na permanência, incluindo o ministro das Finanças, George Osborne, e a secretária de Estado para os Assuntos Internos, Theresa May. No entanto, Cameron deu liberdade aos ministros para apoiarem a campanha para deixar a UE, e 17 ministros, 6 dos quais estavam no governo, fizeram-no. O *"gang of six"* era composto pelo ministro da Justiça, Michael Gove, o ex-líder dos conservadores Iain Duncan Smith, Chris Grayling, John

Whittingdale, Priti Patel e Theresa Villiers. Estes ministros juntaram-se à sede do *"Vote Leave"*, e no dia 21 de fevereiro juntou-se ao grupo Boris Johnson, o ex-mayor de Londres e deputado conservador, ao defender *"a better deal for the people of his country, to save them money and to take control"* (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 31). O *"Vote Leave"* fortalecia deste modo a sua imagem com a inclusão de figuras importantes e populares da classe política. Esta organização era mais bem aceite pelos deputados conservadores eurocéticos e por grupos e membros importantes do establishment político-económico do Reino Unido, que não queriam realizar uma campanha focada na imigração nem estar associados ao UKIP e ao seu polémico líder Nigel Farage (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). Nos dias e semanas que se seguiram ao anúncio formal da campanha, as campanhas começaram a divulgar os seus principais argumentos ao eleitorado. No lado do *"Remainers"* adotou-se a estratégia usada por Cameron e pela sua equipa que tinha levado às vitórias no referendo sobre a independência escocesa em 2014, e na eleição geral de 2015, ao alertar repetidamente os eleitores sobre os riscos económicos da independência escocesa ou de um governo trabalhista. Esta estratégia, conhecida como *"Project Fear"*, foi adotada novamente para expor os riscos económicos que o Reino Unido enfrentaria se saísse da UE, pois uma pesquisa de segmentação da organização realizada em 2015 revelou seis grupos de eleitores, sendo que dois estavam decididos a votar para sair, dois para permanecer, enquanto que os dois restantes estavam indecisos, mas mais próximos de votar para sair. Segundo Cooper:

Nearly 80 per cent of them said "my heart says we should leave the EU but my head says leaving the EU is too risky" ... We obviously did a lot of work on what the risks were that they worried about – and they were all about the economy, in one way or another (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 33).

Face às pesquisas realizadas, a mensagem da campanha concentrou-se numa narra-

tiva principal de risco económico, alegando repetidas vezes que deixar a UE ameaçaria a economia nacional e as finanças das pessoas, com o objetivo de convencer esse grupo indeciso a votar favoravelmente à permanência. No lado dos *"Leavers"*, Farage defendeu que a campanha devia focar-se na imigração, já que esse tinha sido o tema que levava à ascensão do UKIP desde 2010. No entanto, o *"Vote Leave"*, reconhecendo a importância da questão da imigração e de a ter usado algumas vezes numa fase inicial da campanha, procurou focar-se noutros temas, pois estava convencido de que só a imigração não chegaria para vencer o referendo. A campanha do *"Leave"*, defendeu Cummings, precisava de uma mensagem que *"aimed far beyond the fraction of the population that already supports UKIP"* (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 34). Elliott seguiu o mesmo discurso:

There is no doubt that immigration tops the polls as the No. 1 issue. However, for a crucial group of voters, roughly 20–25%, their attitude is – "we don't like the EU, we would like to leave the EU, but we are very worried about the effects on jobs and living standards." These people are also deeply worried about immigration. However, many of them will not vote to leave unless their fears about living standards are neutralised. If they are neutralised, then they will vote to leave. This does not mean "they don't care about immigration". They do care. But they care more about their own jobs (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 35).

Quando, em outubro de 2015, o *"Vote Leave"* divulgou o seu vídeo de lançamento, a imigração não foi mencionada uma única vez. A organização focou-se mais nos gastos do Reino Unido na UE que deviam ser investidos no NHS, na construção de novas escolas, investimentos na ciência e investigação e na redução dos impostos. Depois de decidirem apostar no risco económico, os *"Remainers"* começaram a transformar a estratégia em realidade. Várias pessoas, empresas, associações e instituições financeiras alertaram para os perigos que o Brexit provocaria à economia

do país e às condições de vida dos cidadãos. Osborne afirmou: *“A British exit would hurt people’s jobs, livelihoods and living standards – it’s deadly serious”* (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 38). Além dos riscos económicos, foram realizadas advertências sobre ameaças à segurança, com Cameron a alertar que o Reino Unido ficaria mais vulnerável a ataques terroristas em caso de Brexit. No final de fevereiro, o governo divulgou a sua própria análise dos efeitos de deixar a UE e concluiu que uma década de incerteza atingiria os mercados financeiros, investimentos e a moeda, e que os direitos de dois milhões de expatriados em outros Estados da UE a trabalhar, as pensões e os cuidados de saúde já não podiam ser garantidos. Apesar dos múltiplos alertas do *“Project Fear”* sobre as consequências altamente negativas do Brexit, havia sinais de que a mensagem não estava a ser transmitida. Em meados de março, uma sondagem telefónica divulgada pelo ORB colocou o *“Leave”* à frente por dois pontos percentuais, pela primeira vez. Além disso, a sondagem divulgou que as pessoas que apoiavam o *“Leave”* pareciam mais entusiasmadas com o referendo e mais comprometidas em votar, o que podia constituir um problema para o *“Remain”*, em caso de uma taxa de abstenção alta no referendo. Apesar destes dados, a estratégia do *“Project Fear”* manteve-se (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). Por sua vez, o *“Vote Leave”* divulgou uma mensagem sobre a necessidade de *“retomar o controlo”*, ao criticar a insegurança proporcionada pela livre circulação de pessoas no espaço económico europeu que restringe o controlo do Reino Unido sobre a sua política de imigração: *“We have lost control of our borders and have been unable to prevent dangerous individuals from walking into the UK”* (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 40). A organização afirmou que a UE estava mais interessada em promover o projeto europeu do que em combater o terrorismo e criticou as despesas dos eurocratas em Bruxelas: *“Most families have been hit hard since the financial crisis having to tighten their belts to make ends meet. But EU officials are using our money to fund*

their jollies and exorbitant expense claims” (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 40). No dia 15 de abril, pouco antes de a campanha oficial começar, o governo distribuiu um panfleto às famílias, alertando que a UE era o maior parceiro comercial do Reino Unido, o mercado único atraía centenas de milhões de libras de investimento e mais de 3 milhões de empregos no Reino Unido estavam ligados a exportações para a UE. Sair da UE significaria preços mais altos para bens de consumo, prejudicaria os padrões de vida, reduziria as exportações, criaria uma década ou mais de incertezas. O *“Stronger In”* prosseguiu de seguida a sua estratégia negativa com George Osborne afirmando que a pressão financeira de um Brexit aumentaria o custo das hipotecas das pessoas e acrescentou que as famílias estariam em pior situação 4.300 libras por ano. No final de abril, Obama avisou que se o Reino Unido votasse num Brexit, estaria no *“fim da fila”* quando se tratasse de negociações sobre um novo acordo comercial com os Estados Unidos. Em maio, Cameron lançou uma nova fase da campanha, que foi projetada para chamar a atenção para a segurança nacional:

The serried rows of white headstones in lovingly-tended Commonwealth war cemeteries stand as silent testament to the price this country has paid to help restore peace and order in Europe. Can we be so sure that peace and stability on our continent are assured beyond any shadow of doubt? (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 45)

Ex-chefes dos serviços de segurança argumentaram que deixar a UE poderia prejudicar a partilha de informações e a capacidade do Reino Unido de se proteger. No entanto, as ameaças económicas continuaram, desta vez o governador do Banco de Inglaterra, Mark Carney, alertou:

A vote to leave the EU could have material economic effects on the exchange rate, on demand and the economy’s supply potential. Households could defer consumption and firms delay investment.

Global financial conditions could also tighten, generating negative spillovers to foreign economic activity that, in turn, would dampen demand for UK exports. The consequences could possibly include a technical recession (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 46).

No início do último mês de campanha, numa sondagem realizada pela YouGov sobre o impacto do Brexit, os entrevistados consideraram a maior influência internacional do Reino Unido, a situação financeira pessoal e economia nacional melhores os motivos que os levavam a votar para permanecer na UE. Os entrevistados favoráveis à saída consideraram o controlo da imigração, o fortalecimento do NHS e a redução do risco de terrorismo as suas principais preocupações. Estes dados revelam que, em termos de estratégia política, o *“Vote Leave”* esteve certo em manter uma grande ênfase no NHS, um serviço público estimado que estava sob imensa pressão. Em abril, o *“Vote Leave”* divulgou estatísticas que comprovavam como a imigração estava a pressionar o NHS, causando tempos de espera mais longos e um crescente défice. Segundo a deputada conservadora Priti Patel, *“current levels of migration are causing unsustainable pressure on our public services and we can see that the NHS is creaking under the strain”* (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 48). O *“Vote Leave”* apoderou-se da questão do NHS, mas o *“Stronger In”* procurou reagir no último mês de campanha, através do presidente-executivo do NHS, Simon Stevens:

It has been true for the 68 years of the NHS’s history that when the British economy sneezes the NHS catches a cold. This would be a terrible time for that to happen, at just the time that the NHS is going to need that investment (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 49).

No entanto, a falta de um líder trabalhista comprometido com a campanha pela permanência impediu uma tradicional aproximação entre o NHS e o Partido Trabalhista. Jeremy Corbyn, um eurocético que estava

no lado do "Remain", pois esta era a posição oficial do Labour, não convenceu parte dos seus próprios eleitores que não sabiam qual era a posição oficial do partido, de acordo com uma sondagem realizada pelo YouGov em março (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). Consequentemente, o "Vote Leave" fez do NHS um dos seus principais temas e trunfos de campanha. Entretanto, Cameron e Osborne continuaram o discurso alarmante, contando com o apoio de inúmeras instituições financeiras e empresas para convencer os cidadãos a votarem na permanência do país na UE. No dia anterior à votação, cerca de 1300 dos líderes empresariais mais importantes do Reino Unido, incluindo mais de 50 das maiores empresas que empregam coletivamente cerca de 2 milhões de pessoas, publicaram uma carta no The Times. Eles defenderam que o Brexit significaria mais incerteza, menos comércio e menos empregos. Enquanto os eleitores se preparavam para ir às urnas, Cameron resumiu a mensagem principal de "Remain":

All the experts seem to be saying – the IMF, the ECB, the Bank of England, the Treasury, the Office of Budget Responsibility are all saying – the economy would suffer if we left the European Union and single market, and that is quite a consensus. And if that were to happen it would have a bad effect on the NHS (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 52).

No lado oposto, Farage fez campanha por todo o país, divulgando a mensagem anti-imigração por uma série de cidades em dificuldades, muitas delas tradicionalmente controladas pelo Partido Trabalhista e cheias de eleitores brancos da classe operária que foram economicamente deixados para trás (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). O "Vote Leave" alterou a sua estratégia no final de maio, ao focar-se no tema da imigração. No dia 26 de maio, os últimos números da imigração foram publicados pela ONS. Para Cameron, foram desastrosos. Eles revelaram que a migração líquida alcançou 330 mil em 2015, cerca de metade de outros países da UE. Foi mais do triplo da meta de "dezenas de milhares" do governo. Esses

números foram amplamente divulgados pelos média. No dia 29, Gove e Johnson escreveram uma carta aberta acusando Cameron de não cumprir as suas promessas:

Voters were promised repeatedly at elections that net immigration could be cut to the tens of thousands. This promise is plainly not achievable as long as the UK is a member of the EU and the failure to keep it is corrosive of public trust in politics (Shipman, 2016).

Andrew Bridgen afirmou que Cameron estava acabado como primeiro-ministro devido às profundas divisões dentro do partido. Com os números da imigração e os subsequentes ataques a Cameron, o "Vote Leave" conseguiu uma tempestade perfeita que permitia aos média, já cansados dos avisos económicos do "Stronger In", criar uma narrativa completamente nova. Além disso, no dia 27 de maio, com o início do período de purdah, o "Stronger In" deixou de poder usufruir da máquina governamental, isto é, o governo ficou impossibilitado de publicar mais documentos pró-Remain. Este ponto de viragem na campanha do "Vote Leave" deve-se sobretudo aos ataques pessoais a Boris, que se acentuaram ao longo da campanha, tais como o de Michael Heseltine, que, em meados de maio, considerou que Boris estava a fazer uma campanha absurda e obscena por ter afirmado que a UE estava a procurar o mesmo superestado de Hitler usando métodos diferentes e que ele não seria adequado para a função de primeiro-ministro. Isto convenceu Boris e Gove a aceitarem o conselho de Cummings de que a maneira de maximizar a cobertura da campanha era fundir as suas mensagens numa perspetiva de guerra civil sobre a liderança conservadora que atrairia a atenção dos média (Shipman, 2016). Bernard Jenkin afirmou:

We never campaigned on immigration, we campaigned on control. The two things towards the end of the campaign – £350 million and Turkey joining the EU – these had massive cut-through, and this was Dominic's finesse, to express things in as controversial a way as possible so

that they were attacked by the other side, so that on the evening news your messages were being talked about (Shipman, 2016).

Esta mudança estratégica sobre a imigração começou a notar-se no dia 20 de maio, com Gove a afirmar que a Turquia e outros quatro países poderiam aderir à UE até 2020, o que poderia levar mais de 5 milhões de pessoas a entrar no país: "The idea of asking the NHS to look after a new group of patients equivalent in size to four Birmingham is clearly unsustainable" (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017, p. 53). Gove e Boris prometeram que, depois de deixarem a UE, introduziriam um sistema de imigração baseado em pontos, no estilo australiano, que exigiria aos imigrantes que falassem inglês, e iriam encurtar as listas de espera no NHS, algo que o UKIP já tinha exigido anteriormente. Gove voltou a afirmar que, como ministro da Justiça, ele não conseguia impedir que criminosos e terroristas entrassem no país. Boris defendeu que, se as pessoas votassem pela permanência, iriam precisar de contribuir milhares de milhões de libras para ajudar a cobrir o custo da crise dos refugiados. Face à mudança de estratégia do "Vote Leave", no início de junho, Cameron sentiu a necessidade de desmentir "seis mentiras" da campanha do "Leave", afirmando que o Reino Unido tinha poder de veto sobre mudanças no "cheque britânico", sobre os tratados da UE e sobre a política externa e de defesa da UE, além disso o país não era responsável por futuros resgates da Zona Euro, o orçamento da UE estava definido até 2020 e só podia ser alterado com o consentimento de todos os países, e sair da UE não seria benéfico economicamente. Sobre o tema da imigração, o governo de Cameron tinha destacado no panfleto de abril que estar fora do espaço Schengen permitia ao Reino Unido controlar as suas fronteiras e que a adesão à UE permitia uma cooperação necessária para combater as ameaças transnacionais, através dos benefícios da extradição acelerada via mandado de detenção europeu. Contudo, quando o "Vote Leave" politizou a possível adesão da Turquia à UE e consequente livre circulação dos cidadãos turcos, pôs em

causa o argumento do controlo de fronteiras, pois Cameron tinha afirmado anteriormente ser favorável à adesão da Turquia à UE. Além disso, com o alargamento da UE em 2004, o número da imigração laboral aumentou substancialmente para o Reino Unido, uma vez que o governo europeísta de Tony Blair optou por não impor controlos de transição. Estas situações aumentaram a desconfiança na elite política e tornaram a imigração uma questão sensível para os cidadãos britânicos (Glencross, 2016). Na última semana, o “Vote Leave” divulgou o “Brexit Queen’s Speech”, as promessas de um governo alternativo, detalhando seis novas leis que seriam aprovadas até 2020. Estas incluíam um sistema de imigração baseado em pontos e um fim à livre circulação, o fim do controlo do Tribunal Europeu sobre a política de asilo do Reino Unido, um projeto de revogação que cortaria os laços do Reino Unido com tratados que compõem o cerne da UE, o fim do controlo do Tribunal de Justiça sobre a segurança nacional, permitindo ao governo remover cidadãos da UE cuja “presença não é propícia para o bem público”, o fim dos pagamentos, de acordo com a legislação da UE, para as grandes empresas, abolindo a taxa de 5% de IVA nas faturas de energia das famílias e mais 100 milhões de libras por semana em financiamento para o NHS. Esta mudança de estratégia agradou a Farage, que a considerou o ponto de viragem no referendo. No dia 16 de junho, o líder do UKIP apresentou um cartaz do seu partido que mostrava uma fila de refugiados a caminhar, supostamente, em direção ao Reino Unido com a mensagem: “*Breaking Point – The EU has Failed Us All. We Must Break Free of the EU and Take Back Control of Our Border*”. O cartaz foi prontamente criticado pelos “Remainers”, que o consideraram propaganda racista destinada a aumentar os medos sobre a imigração. Nesse mesmo dia, a deputada trabalhista Jo Cox, que estava a fazer campanha pela permanência, foi assassinada, o que levou à suspensão da campanha por três dias. Antes da decisão final, realizou-se o “Grande Debate” no dia 21, onde Boris afirmou: “*If we vote leave and take back control, I believe that this Thursday can*

be our country’s independence day” (Bennett, 2019). Num debate onde o discurso estratégico foi marcado pela crise, por um lado, os defensores da saída consideraram que a crise já estava presente e a solução era sair da UE e, por outro lado, os defensores da permanência consideravam que a saída da UE iria proporcionar um momento potencial de crise (Bennett, 2019). Com o fim da campanha, o Reino Unido teria de esperar pela decisão final dos cidadãos, no entanto essa decisão estava longe de ser previsível. Nas sondagens, o “Remain” começou o ano com uma vantagem clara entre os eleitores decididos e permaneceu na frente até ao final de maio, altura em que o “Leave” assumiu a liderança nas intenções de voto. Em meados de junho, as tendências voltaram a colocar o “Remain” ligeiramente à frente nas sondagens e no dia 22 de julho, último dia de campanha, a linha de tendência mostrava o “Remain” com 45.6% e o “Leave” com 43.8% entre os eleitores decididos. Relativamente aos eleitores indecisos, estes tendiam a ser avessos ao risco e isto era favorável aos defensores do “Remain”, mas, por outro lado, se eles decidissem não votar, poderiam tornar a saída da UE mais provável (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). Um dos aspetos mais importantes da campanha foi o que se passou nos bastidores. Numa peça de teatro, o público apenas visualiza o que está a acontecer no palco, mas há uma série de pessoas nos bastidores que criam o cenário e as falas das personagens. O impacto das campanhas deveu-se a essas pessoas que são desconhecidas do público, mas que influenciaram o modo como este interpretava a narrativa. Desde o aparecimento da rádio e da televisão, uma campanha consistia em dois elementos: uma “guerra aérea” e uma “guerra terrestre”. A guerra aérea é a batalha para transmitir as principais mensagens das campanhas rivais através dos meios de comunicação, conquistando os corações e as mentes dos eleitores. A guerra terrestre ajuda a impulsionar os esforços dos cidadãos exercerem o voto numa campanha no dia da votação ou nas semanas anteriores para os que votam pelo correio, através dos ativistas que batem às portas e fornecem os folhetos de campanha.

Nos últimos vinte anos, dois outros campos de batalha de alta tecnologia foram abertos. A “guerra cibernética” é uma versão da guerra aérea e da terrestre realizadas nas redes sociais, nas quais as campanhas podem divulgar a sua mensagem e recrutar voluntários que não recebem notícias dos média tradicionais. De longe, o Facebook é a plataforma mais influente, já que seis em cada dez pessoas no Reino Unido têm uma conta e estas estão espalhadas por todo o país. Por trás desses três campos de batalha, há uma “guerra de dados”, na qual as campanhas usam técnicas altamente sofisticadas de prospeção de dados para analisar os cadernos eleitorais, as bases de dados adquiridas e as informações sobre as contas de redes sociais das pessoas para criar um modelo dos eleitores-alvo de uma campanha. Assim que cada campanha souber quais são os grupos demográficos ou de interesse e em que partes do país estes são suscetíveis à sua mensagem, elas poderão direcionar publicidade nos média e nas redes sociais, folhetos através do correio direto e campanhas de terreno para famílias específicas. Realizadas corretamente, todas as quatro operações complementam-se. Quanto melhor é a informação recolhida à porta, mais precisa a segmentação; quanto melhor são as mensagens da guerra aérea, mais eficaz a operação das redes sociais pode ser; quanto melhor a operação das redes sociais, mais recrutas poderão inscrever-se para a guerra terrestre (Shipman, 2016).

As três principais campanhas no referendo focaram-se mais na campanha digital. Após receber os dados do consultor político Jim Messina, em março de 2016, o “Stronger In” passou mais tempo nas áreas em que o modelo mostrava o número máximo de eleitores que podiam ser persuadidos, predominantemente no leste da Inglaterra, no leste das Midlands, Yorkshire e em partes do Noroeste. Não era nessas regiões que o “Remain” era mais forte, mas como todos os votos contam num referendo, a obtenção de votos nas “áreas de persuasão” onde o “Stronger In” poderia perder era a melhor forma de aproveitar os recursos. O modelo de Messina permitiu à “Stronger In” elaborar diferentes endereços eleitorais persona-

lizados que seriam entregues aos eleitores que eram “*likely to remain*”, “*likely to leave*” ou “*likely persuadable*”. O momento do folheto dependia do eleitor:

If we thought you were persuadable we did leaflets quite early on, if we thought you were an In voter we sent a poster to display in the final ten days. If you were a Leaver we sent you a very simple post-card (Shipman, 2016).

O primeiro desafio do estrategista Tom Edmonds nas redes sociais foi encontrar os apoiantes do “*Remain*”. A operação online foi usada inicialmente para recrutar voluntários e doadores. Quem gostava da página “*Stronger In*” ficava conectado. Edmonds marcou-os para tentar convencê-los a dar dinheiro, conversar com os seus amigos ou serem voluntários. O “*Stronger In*” seguiu uma estratégia em duas frentes, sobretudo através do Facebook, pagando para colocar os seus anúncios à frente das pessoas que eles queriam atingir, enquanto compravam “*likes*”, e ao obter apoiantes numa comunidade que compartilhava conteúdo gratuitamente. O Facebook é basicamente uma plataforma de publicidade e oferece às campanhas um nível de detalhe de segmentação dos seus usuários que outros sites não oferecem (Shipman, 2016). No “*Leave.EU*”, Arron Banks gastou mais de 11 milhões de libras em campanha nas redes sociais desde o verão de 2015 até ao dia da votação. O especialista Gerry Gunster forneceu a pesquisa, modelagem de dados e uma estratégia para atingir os eleitores que eles queriam, neste caso, pessoas da classe trabalhadora nas áreas trabalhistas que raramente votavam. Banks e Farage criaram uma série de anúncios deliberadamente chocantes que não apenas atingiriam os alvos de Gunster, mas atrairiam publicidade gratuita dos média, roubando tempo de antena ao “*Vote Leave*” na guerra aérea. Gunster conduziu a campanha em quatro fases: aquisição de dados quantitativos, segmentação da população, microtargeting dos grupos que ele tinha identificado e aumento da participação na votação. Ele dividiu a população em defensores rígidos e flexíveis e opositores rí-

gidos e flexíveis. Ao analisar quem gostou de certas postagens no Facebook e onde elas moravam, a “*Leave.EU*” conseguiu planejar a sua campanha no terreno. O “*Vote Leave*” adotou uma abordagem totalmente diferente. Ao saber que o Facebook tinha mudado os seus algoritmos para que gostos não tivessem efeito sobre a distribuição de publicidade paga, Cummings considerou que os “*likes*” não eram úteis. A organização só teve acesso aos dados após a designação como campanha oficial, em meados de abril. Cummings tomou quatro decisões para fortalecer a campanha digital do “*Vote Leave*”: nomeou Henry de Zoete como diretor digital; contratou uma empresa canadense de especialistas em redes sociais chamada AggregateIQ; recrutou um grupo de físicos norte-americanos para fazer análise e modelagem de dados; e economizou uma parte considerável do orçamento de 7 milhões de libras para gastar na última quinzena numa guerra-relâmpago cibernética para persuadir as pessoas a votar no referendo. Zack Massingham, da AggregateIQ, criou um público principal para os anúncios do “*Vote Leave*”. Essas pessoas gostavam de sites e de páginas no Facebook eurocéticas. Elas tendiam a ter mais de cinquenta e cinco anos, a serem menos ricas e sem formação universitária. Uma pequena quantia de dinheiro era gasta todos os dias trazendo-as para a base de dados do “*Vote Leave*”. Massingham usou uma ferramenta do Facebook chamada “*Lookalike Audience Builder*”, que permitiu alcançar pessoas com várias semelhanças com o público principal, mas que não estavam ativamente envolvidas em campanhas eurocéticas. Estes ele identificou como “*persuasíveis*”. Ele descobriu que eles continham um número considerável de pessoas com melhor educação e situação financeira. A fase final foi transformar simpatizantes em apoiantes, voluntários e doadores comprometidos que ajudariam a campanha. Todos os anúncios usados nos “*persuasíveis*” continham uma chamada para ação: primeiro um convite para clicar no anúncio e ser levado ao site do “*Vote Leave*”, inserindo em segundo lugar detalhes pessoais, e no nível três compartilhando conteúdo, fazendo uma doação ou volunta-

riado. Graças aos testes rigorosos de Massingham de todos os anúncios, de Zoete e Cummings sabiam exatamente quais eram os que funcionavam. De Zoete sabia, através dos grupos focais, que as pessoas que o “*Vote Leave*” mais precisava para a votação estavam confusas sobre a forma como votar. Essa constatação fez com que Zoete e Cummings garantissem que atingiam decisivamente os eleitores no final da campanha. Cummings afirmou: “*We ran loads and loads of experiments for months, but on relatively trivial amounts of money. And then we basically splurged all the money in the last four weeks, and particularly the last ten days*” (Shipman, 2016). Os físicos, ao identificar apoiantes prováveis, e os canadenses, ao conectá-los, permitiram ao “*Vote Leave*” criar uma forte campanha digital por todo o país. A guerra digital do “*Vote Leave*” começou tarde, mas acabou em grande (Shipman, 2016).

Ambas as campanhas adotaram mensagens negativas ao longo da campanha. No lado do “*Remain*”, através da ameaça económica de um Brexit para os cidadãos e para o país e, no lado do “*Leave*”, através da ameaça da imigração à cultura, economia e segurança do Reino Unido. No entanto, no lado do “*Leave*” adotaram-se mensagens mais positivas, tais como a renovação da democracia e a restauração da soberania do país e grandes quantidades de dinheiro para investir no NHS, em caso de Brexit, defendidas pelo “*Vote Leave*”. Além dos temas mais diversos e apelativos, o slogan “*Take Back Control*” do “*Leave*” cobriu de maneira inteligente os aspetos mais sombrios e mais brilhantes da sua mensagem ao eleitorado (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017). Para Glencross, os eleitores no Reino Unido estavam polarizados entre aqueles em que a economia era o principal fator para determinar como votar e, portanto, votaram pela permanência, e aqueles que consideravam a imigração a questão mais importante votando pela saída da UE (Glencross, 2016). Segundo Shipman, o referendo foi uma vitória dos outsiders sobre insiders, uma linha divisória que estava a substituir esquerda/direita e rico/pobre como a divisão dominante na política britânica. Digerindo a derrota, muitos “*Re-*

mainers” consideraram que era impossível vencer o referendo devido a dois motivos principais. O primeiro é que o resultado foi o culminar de três décadas de euroceticismo que cobriam a nação. A segunda explicação avançada pelos “*Remainers*” é que o referendo chegou num momento em que forças poderosas que ajudaram os “*Leavers*” estavam a espalhar-se pelo mundo ocidental. Essas forças incluíam uma revolta contra as consequências da globalização por aqueles que não beneficiaram dela, uma revolta que encontrou a sua voz mais forte na revolta das comunidades da classe trabalhadora com os baixos salários e pressão sobre os serviços locais devido ao aumento da imigração. Uma rejeição das elites políticas, com os eleitores a ignorarem os argumentos de figuras reconhecidas do establishment. O crescimento da cultura “pós-verdade”, na qual os eleitores são persuadidos pelo volume, e não pela veracidade de um anúncio, e as campanhas beneficiam em concorrer como insurgentes contra adversários mais estabelecidos e apelar à emoção para ganhar um argumento. Como Andrew Cooper admitiu

The Leave campaign had all the best tunes. “Take back control” was a brilliant slogan. £350 million a week was disgraceful in one sense, because it’s not true, but I thought it was incredibly tenacious, as well as deeply cynical, that they were just sticking to it, in the face of all the criticism that it was a lie. It cut through in the focus groups (Shipman, 2016).

O “*Stronger In*” considerou muito mais difícil vender um argumento mais diferenciado sobre as vantagens económicas de permanecer na UE, e James McGrory afirmou:

In focus groups, unprompted, people would tell you Leave’s three top arguments: “We spend loads of money on Europe”, “They’re making all the laws out there”, and “Too many immigrants”. On our side, there was a vague sense that it was good for the economy, but nothing tangible (Shipman, 2016).

O facto de o “*Vote Leave*” manter a sua mensagem e arriscar face às críticas deveu-se em grande parte a Cummings, que entendeu quais eram as mensagens que funcionavam e encontrou uma maneira de destacar a questão da imigração fazendo uma campanha sobre a pressão em serviços públicos como o NHS que mantinha os eleitores indecisos reticentes e, quando os números da imigração foram revelados e o período de *purdah* começou, ele conseguiu convencer Johnson e Gove a acentuarem os seus ataques a Cameron e colocar Downing Street numa posição desfavorável. O “*Vote Leave*” contou também com a contribuição de vários deputados que permitiram roubar vantagens importantes ao governo. Steve Baker alterou a questão do Brexit de sim/não para permanecer/deixar, Bernard Jenkin lutou pela criação de um período *purdah* de quatro semanas, a neutralidade do Partido Conservador impediu a Cameron ter acesso a dados que seriam vantajosos para a sua campanha. Relativamente ao impacto das duas campanhas do “*Leave*”, Farage, líder do UKIP, certamente merece crédito por pressionar Cameron a convocar o referendo em primeiro lugar. No entanto, o facto de Farage não ser eleito para o Parlamento evidencia que a sua imagem está longe de ser aceite. Em caso de derrota do “*Leave*”, a “guerra civil” entre “*Vote Leave*” e “*Leave.EU*” teria sido responsabilizada. Cummings considera que a abordagem intransigente de Banks e Farage afastou os eleitores indecisos e que as suas ambições pessoais de administrar e liderar a campanha custaram votos. No entanto, uma das chaves para a vitória de “*Leave*” foi o facto de Farage ter como alvo os abstencionistas. No final, pode ter sido benéfico ter duas campanhas a favor da saída. O “*Vote Leave*” foi capaz de tranquilizar os eleitores que, ao apoiarem o “*Leave*”, não estavam a votar no UKIP, enquanto Farage e Banks conseguiram tirar vantagem de mensagens mais ousadas, destinadas a atrair os eleitores da classe trabalhadora (Shipman, 2016). Como já verificamos, existiu um forte elemento de política de identidade na campanha. Ao falar sobre os perigos da Turquia aderir à UE e as desvantagens da imigração, a cam-

panha do “*Leave*” tocou no nacionalismo e descobriu algum racismo latente, mas o problema do “*Stronger In*” era que, ao não abordar essas questões de maneira convicta, os seus próprios líderes eram mais facilmente retratados como as elites responsáveis pela negligência das comunidades deixadas para trás. Durante a campanha, Cameron e a sua equipa tomaram uma série de decisões que contribuíram para a sua derrota. Desde logo, a renegociação de Cameron não foi boa o suficiente no tema da imigração. A decisão de mudar de um limite ou travão de emergência nos números de migrantes para cortes nos benefícios revelou-se um erro grave. Ele nunca forçou Merkel ou os outros líderes europeus a escolher entre o compromisso nas fronteiras do Reino Unido e o país deixar a UE. Tendo falhado em firmar um acordo de imigração que neutralizava o problema, o “*Stronger In*” esteve sempre na defensiva. O simples facto de ignorar a questão, porque ela pertencia ao “*Vote Leave*”, contribuiu para o sentimento de que os “*Remainers*” não entendiam as preocupações do público. Apostar numa campanha baseada nos riscos económicos e pôr a questão económica acima da imigração revelaram-se decisões falhadas. A tática de conseguir apoio do FMI, Mark Carney e Barack Obama saiu pela culatra, porque reforçou a sensação de um establishment privilegiado que distribuía sabedoria ao povo pobre e inculto, o que deu razão à afirmação de Gove: “*I think the people of this country have had enough of experts*” (Glencross, 2016, p. 42). O “*Stronger In*” não possuiu um líder dominante capaz de persuadir Cameron e Osborne a alterar a estratégia. Faltando um mês, os grupos focais de Coetzee deixaram claro que a estratégia económica não estava a funcionar, enquanto o foco do “*Vote Leave*” na imigração e na adesão da Turquia estava, mas nenhuma alteração foi feita. A principal razão pela qual o “*Stronger In*” ficou preso a uma estratégia falhada foi a pesquisa demasiado otimista de Andrew Cooper, que levou Cameron a estar confiante na vitória. O erro de Cooper, e até certo ponto de Osborne, foi separar mentalmente a imigração e a economia, algo que Cummings e Arron Banks entenderam que eram

o mesmo problema. Cameron teve menos espaço de manobra que os adversários, pois ele não podia comprometer o seu governo com mudanças políticas, por sua vez Gove e Johnson criaram um governo alternativo. O problema da campanha de risco económico não era o conceito básico, mas o fracasso em unir os pontos entre a saída da UE, PIB inferior, menos dinheiro para serviços públicos e o custo de vida para famílias individuais (Shipman, 2016).

2.2.3. Um retrocesso no processo de globalização?

Como verificámos anteriormente, uma das causas explicativas para o resultado do referendo foi a divisão entre os vencedores e perdedores da globalização, onde os últimos se revoltaram por não beneficiarem desta. Face a um resultado inesperado, o processo de globalização foi posto em causa e muitos consideraram que o Brexit significou o início de um período de “desglobalização” (World Economic Forum, 2017). Deste modo, até que ponto a globalização foi afetada por este resultado e por uma sociedade cada vez mais polarizada? Finlayson afirmou que o resultado do referendo é mais um reflexo das experiências da globalização do que sobre a UE; o autor considera que o resultado foi a divisão entre os vencedores da globalização que votaram pela permanência e os perdedores da globalização que votaram pela saída da União. No entanto, ele também defendeu a existência de um grupo que votou pela saída por considerar que a UE impediu os vencedores de beneficiarem ainda mais da globalização (Browning, 2019). Portanto, é importante analisar o significado do resultado para as três principais áreas da globalização.

A nível económico, a globalização é responsabilizada pela precariedade económica e marginalização dos perdedores e, consequentemente, estes apoiam um protecionismo económico e condenam o capitalismo liberal pela desigualdade provocada na população. Associado ao problema económico está a imigração, uma vez que os migrantes são responsabilizados por aumentarem o desemprego, reduzirem os salários e pres-

sionarem os serviços sociais, o que piora as condições de vida dos cidadãos britânicos (Browning, 2019). Segundo o Fórum Económico Mundial, os movimentos populistas tendem a culpar a globalização, e não a tecnologia, pela perda de empregos, mas as evidências apontam que a tecnologia é o fator mais importante para o declínio industrial e para a deterioração das perspectivas no mercado de trabalho. As estatísticas mostram claramente que a globalização e o comércio criaram crescimento, promoveram competitividade e eficiência, reduziram a pobreza e a desigualdade global e reduziram a diferença entre as economias emergentes e o mundo rico. Contudo, a globalização e o comércio destacam-se no sentimento anti-establishment nas democracias ocidentais, porque os benefícios do crescimento foram vividos de maneira desigual. Além disso, apesar de a migração ser geralmente vista como um benefício económico líquido, grandes e repentinas entradas de pessoas podem causar pressão adicional e imprevisível nos sistemas e recursos sociais. A decisão do Reino Unido sobre o Brexit foi amplamente vista como uma reação ao movimento descontrolado de trabalhadores (World Economic Forum, 2017). Portanto, o resultado no referendo do Brexit representou uma rejeição da globalização e a troca implícita de algum controlo democrático sobre a política económica para a prosperidade. Esta troca entre os ganhos económicos do comércio global e o desejo de controlo local sobre a economia e mercados de um país é denominada por Dani Rodrik como “o paradoxo da globalização”, uma vez que deixa os países com três escolhas essenciais: podem rejeitar a integração mais profunda da globalização, mas arriscar perder a prosperidade económica; podem simplesmente ceder o controlo de grande parte da sua política económica de acordo com os padrões internacionais vigentes, mas arriscar a ira dos seus cidadãos; ou podem ajudar a moldar a globalização ao aderir e participar na criação de organizações e na arquitetura de acordos internacionais que definem padrões comerciais, cedendo algum controlo, mas tendo um lugar na mesa. Ora, a UE procura seguir o terceiro caminho, ao dar aos seus

Estados-membros vozes iguais em grande parte da sua implementação. Contudo, esta autoridade partilhada não agrada a todos os Estados por considerarem que algumas decisões tomadas prejudicam os seus interesses (Hauk, 2020). Por isso, a solução do “Leave” foi optar pelo primeiro caminho, pois essa era a forma de o Reino Unido recuperar o controlo sobre a sua política económica e comercial, algo que agradava ao cidadãos descontentes, e porque acreditavam que o país poderia obter os mesmos ganhos sem a perda do controlo económico, devido à regulamentação excessiva da UE que prejudicava as empresas britânicas.

A nível cultural, desde a década de 1970, as sociedades ocidentais ricas têm visto uma crescente importância nos valores pós-materialistas e de autoexpressão entre as gerações mais jovens e as classes mais bem-educadas da sociedade. Essa mudança cultural promoveu uma maior aprovação da tolerância social de diversos estilos de vida, religiões e culturas, multiculturalismo, cooperação internacional, governação democrática e proteção das liberdades fundamentais e dos direitos humanos. Os movimentos sociais que refletem esses valores trouxeram políticas como a proteção ambiental, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a igualdade de género na vida pública para o centro da agenda política, afastando a atenção dos problemas tradicionais de redistribuição económica. Mas a disseminação de valores progressistas também estimulou uma reação cultural entre as pessoas que se sentem ameaçadas por esse desenvolvimento. Cidadãos menos instruídos e idosos, especialmente indivíduos brancos, que já foram a cultura privilegiada maioritária nas sociedades ocidentais, indignam-se ao saberem que os valores tradicionais são “politicamente incorretos”, ao sentirem que estão a ser marginalizados nos seus próprios países. À medida que as culturas mudaram, parece ter ocorrido um ponto de viragem. Durante a época de 1970 a 1990, a história principal foi o surgimento de questões pós-materialistas. Nas últimas décadas, no entanto, nas democracias ocidentais, a reação contra a mudança cultural tornou-se cada vez mais notável. Em toda a sociedade in-

dustrial avançada, vêm ocorrendo grandes mudanças culturais que parecem chocantes para aqueles com valores tradicionais. Além disso, os fluxos de imigração, especialmente de países de baixo rendimento, mudaram a composição étnica das sociedades industriais avançadas. Os recém-chegados falam idiomas diferentes e têm religiões e estilos de vida diferentes dos da população nativa, reforçando a impressão de que normas e valores tradicionais estão a desaparecer rapidamente. Como resultado, a ascensão dos partidos populistas reflete, acima de tudo, uma reação contra uma ampla gama de rápidas mudanças culturais que parecem estar a minar os valores e costumes básicos das sociedades ocidentais. Os processos de longo prazo de mudança geracional durante o final do século XX estimularam guerras culturais, pois essas mudanças são particularmente alarmantes para os grupos menos instruídos e idosos desses países. Seria um erro atribuir a ascensão do populismo diretamente à desigualdade económica. Fatores psicológicos parecem desempenhar um papel mais importante. As gerações mais antigas e os grupos menos instruídos apoiam partidos e líderes populistas que defendem os valores culturais tradicionais e realçam apelos nacionalistas e xenófobos, rejeitando pessoas de fora e apoiando papéis de género antiquados. Os populistas apoiam líderes carismáticos, refletindo uma profunda desconfiança no establishment e nos principais partidos que hoje são liderados por elites educadas com visões culturais progressivas sobre questões morais (Inglehart; Norris, 2016). No Reino Unido, podemos verificar esta divisão cultural. Goodhart distingue os “*Anywheres*” – os liberais cosmopolitas favoráveis à globalização e os “*Somewheres*” – os socialmente conservadores favoráveis ao nacionalismo. O Brexit demonstrou que os primeiros passaram a dominar o cenário político e social e ignoraram as preocupações dos últimos, especialmente a classe trabalhadora branca inglesa. Este esquecimento dos “*Somewheres*” aumentou o sentimento populista, uma vez que estes se tornaram cada vez mais alienados da nova cultura dominante, que é marcada pelo multiculturalismo liberal, isto é, várias práticas cul-

turais das minorias étnicas são respeitadas e apropriadas, enquanto que a cultura tradicional do país de origem é cada vez mais desvalorizada e ultrapassada. A inércia da elite governante neste tema fraturante fez emergir o UKIP, pois este partido prestou atenção às preocupações e ansiedades destes cidadãos e securitizou os migrantes como ameaças económicas e culturais ao bem-estar da sociedade. Portanto, para muitas pessoas o referendo foi uma oportunidade única de se vingarem dos “globalistas” e da “*elite liberal*”. Como resultado, essas pessoas marginalizadas foram persuadidas pelas narrativas populistas e visões nostálgicas de que era possível recuperar uma identidade plena e estável através da retoma do controlo, da soberania e da nação, o que lhes iria assegurar a segurança ontológica desejada, em caso de Brexit (Browning, 2019). Para Hobolt, a divisão entre os vencedores da globalização – os jovens qualificados que vivem nos centros urbanos e que defendem fronteiras abertas, a imigração e a cooperação internacional e os “*left behind*” – a classe trabalhadora menos instruída e mais velha que defende menos integração europeia, fronteiras fechadas e menos imigrantes, é evidente e foi aprofundada pelas crises da Zona Euro e a crise dos migrantes que antecederam o referendo. A divisão foi comprovada a nível geográfico, uma vez que o “*Remain*” alcançou um melhor resultado nas grandes cidades multiculturais como Londres, onde há um maior número de licenciados, e o “*Leave*” foi mais forte nas zonas rurais e nas cidades pós-industriais do Norte, onde há maior população da classe trabalhadora (Hobolt, 2016). Além disso, as áreas que sofreram rápidas mudanças étnicas num curto espaço de tempo antes do referendo votaram massivamente a favor da saída, pois nestes lugares existia sentimentos de instabilidade, perda de identidade e ansiedade em relação ao futuro das comunidades, e a campanha do “*Leave*” conseguiu explorar esses medos ao convencer essas pessoas de que era possível “Retomar o Controlo” (Browning, 2019). A nível político, à medida que as pessoas procuram reafirmar identidades que foram enfraquecidas pela globalização, a tomada

de decisões é cada vez mais influenciada por emoções. Em tempos de crise, o populismo consegue triunfar mais facilmente, pois aproveita o contexto favorável para estimular o descontentamento público com a classe política estabelecida. Votar em partidos populistas é a forma que os cidadãos encontram para demonstrar o seu desagrado com a classe política e com o próprio funcionamento da democracia. O populismo anti-establishment expressa-se de maneira diferente em diferentes países, existem vertentes de esquerda e direita, e os fatores domésticos são importantes, mas também há temas comuns: apelos à soberania nacional e críticas de que as elites falharam em proteger os eleitores dos impactos negativos da globalização. Em muitos casos, também há apelos aos direitos dos cidadãos nativos, em oposição aos imigrantes, e a importância de restaurar valores e hierarquias “tradicionais”. Por toda a UE, estes partidos que destacam a soberania e valores nacionais prosperaram, impulsionados em parte pelos fluxos migratórios que constituem um grande risco geopolítico. O populismo triunfou no referendo ao ser impulsionado mais pelos fatores demográficos e culturais do que pela desigualdade de rendimento. Muitos partidos políticos estabelecidos não estão preparados para responder ao facto de os eleitores darem mais importância à cultura e aos valores, porque os partidos mudaram para o centro do espectro político e para um estilo político de gestão ou tecnocrático. Eles perderam o contacto com os seus eleitores tradicionais, principalmente aqueles com raízes de classe. A vitória do Brexit contou com pessoas de fora da grande política partidária, atraindo com sucesso os eleitores tradicionalistas com apelos à soberania enraizados na identidade e no orgulho nacional. Involuntariamente, os eleitores mais velhos estavam na vanguarda desses movimentos perturbadores (World Economic Forum, 2017). O lado do “*Remain*” falhou em perceber as preocupações de muitos cidadãos que não estavam a usufruir dos benefícios económicos do livre comércio e da globalização e que sentiam que a sua identidade e cultura nacional distintas estavam a ser ameaçadas pela imigração e pela

integração europeia (Hobolt, 2016), e esse desconhecimento levou à derrota no referendo. Em muitas democracias ocidentais, os principais partidos políticos tradicionais estão em crise. Eles estão a ter dificuldades para responder a rápidas mudanças no cenário político, à medida que o descontentamento dos eleitores se expressa em participações mais baixas ou em crescente apoio a movimentos anteriormente periféricos. O impacto político do sentimento anti-establishment já conseguiu triunfar. Mais notavelmente, o aglomerado de antielitismo, nativismo cultural e nacionalismo económico contribuíram para a vitória do “Leave” (World Economic Forum, 2017). No Reino Unido, o UKIP aproveitou vários fatores, tais como a marginalização económica, as ameaças percebidas da imigração e minorias, a desconfiança nos políticos e nas instituições democráticas, a falta de soberania dos governos num mundo globalizado, a supranacionalidade da UE em relação ao Parlamento Nacional, a crise democrática comprovada pelo declínio na participação eleitoral pelos cidadãos para representar os alienados políticos que foram ignorados pelos partidos políticos tradicionais (Clarke, 2017). Nas narrativas populistas da campanha, além do tema da imigração, a UE e uma elite económica foram retratadas como um obstáculo à realização do povo através de duas fantasias. A primeira apelou a sentimentos críticos da globalização, transformação económica, multiculturalismo e imigração que deixaram os “left behind” inseguros a nível económico, social e ontológico. E, por outro lado, abraçou-se a nostalgia de ser possível voltar a uma pátria nacional coesa e soberana, isto é, um mundo anterior aos capitalistas de risco, imigração e leis da UE. A segunda fantasia, contrariamente à primeira, considera que a UE restringe o livre comércio e os benefícios da globalização, pois é uma organização demasiado protecionista. Esta visão thatcherista procura uma redescoberta dos valores britânicos de liberdade presentes desde sempre no nacionalismo inglês que foram perdidos com o declínio do país na era pós-colonial e pela perda de influência a nível global (Browning, 2019). A emergência de um novo naciona-

lismo é vista como uma reação à evolução da UE nas últimas décadas. O aumento do poder da União com o aprofundamento da integração afetou a soberania nacional dos Estados, que têm menos controlo sobre políticas macroeconómicas, fronteiras e pessoas. Por sua vez, os sucessivos alargamentos dificultaram o processo de tomada de decisão da UE devido às diferenças entre os vários Estados-membros. No Reino Unido, estas transformações europeias não foram bem aceites e fizeram aumentar o sentimento eurocético na opinião pública, com a UE a ser responsabilizada pelos diversos males que acontecem dentro dos Estados. O euroceticismo é encontrado nos dois extremos do espectro político. Para a esquerda, a UE existe apenas para atender às grandes empresas que fazem lobby em Bruxelas em busca de legislação favorável. Para a direita, a UE é um gigante burocrático que impõe regulamentação excessiva e ameaça identidades nacionais antigas ao incentivar a migração laboral (Toubeau, 2016). Outro aspeto importante é o efeito da era digital sobre a globalização. Este efeito é contraditório, uma vez que, à partida, as expectativas sobre a Internet eram de ligar todo o mundo e eliminar as fronteiras entre os países. Ou seja, esperávamos que a era digital nos fizesse progredir rumo a uma nova sociedade global, mas, em vez disso, estamos a recuar para o nacionalismo. Isto acontece porque os meios digitais levam-nos a escolher um dos lados ao promover a distinção, o que nos isola na nossa própria bolha ideológica. Ao contrário da televisão que tem uma visão globalista, a Internet não filtra conteúdo, o que nos deixa mais débeis e confusos com a emergência dos sentimentos nacionalistas antiglobais, pois acreditávamos que todos viam a globalização como algo positivo. A adoção de uma identidade distinta está a tornar as pessoas menos tolerantes à eliminação de fronteiras e esta intolerância é reforçada pela outra tendência dos meios digitais: a memória. Na campanha do “Leave”, podemos observar essa dupla tendência, por exemplo, ao justificar-se o isolamento como uma confirmação dos valores distintamente britânicos e o retorno à era nacionalista, quando

os imigrantes viviam no seu país de origem (Rushkoff, 2016). Como analisamos anteriormente, as campanhas focaram-se mais no aspeto digital. Mas foi o “Vote Leave” quem melhor usou as ferramentas digitais, não só na atração de eleitores mas também na segmentação da população entre aqueles que eram favoráveis ao “Remain” ou “Leave” e os indecisos, e através dos dados recolhidos definiu as suas estratégias, que passaram muito pela promoção do slogan “Take Back Control”, com uma alusão a um sentimento nostálgico de soberania e à recuperação da identidade nacional. De um modo geral, o resultado do referendo do Brexit pode ser considerado um retrocesso no processo de globalização, uma vez que representa a saída de um país de uma organização internacional com o objetivo de aumentar a sua soberania nacional e controlar as suas fronteiras. No entanto, sair da UE não significa o início de um processo de “desglobalização”, pois o Reino Unido vai continuar dependente da UE, por esta ser o seu principal parceiro comercial, e do próprio mercado global, que continua a funcionar apesar deste acontecimento. Apesar de sair de uma OI, o Reino Unido continua a participar em outras OIs, tais como a NATO e a ONU, pois percebe que estas são úteis para aumentar a sua influência a nível internacional. A opção de controlar a livre circulação de pessoas tinha como objetivo principal salvaguardar os valores tradicionais nacionais, mas essa tarefa não aparenta ser possível num futuro próximo, pois os mais jovens defendem valores progressistas e, portanto, é previsível que as gerações futuras optem pela abertura e não pelo fecho da sociedade. Relativamente às posições sobre a globalização, o resultado pode ser considerado uma derrota para os hiperglobalizadores e uma vitória para os céticos da globalização, pois constitui um retrocesso pelo regresso das fronteiras e da importância do Estado soberano. Portanto, o fim do Estado soberano e um mundo sem fronteiras é cada vez mais uma utopia, mas não é certo que o Reino Unido ao sair da UE aumente o seu poder a nível internacional. Por isso, o transformismo parece ser a posição mais adequada ao considerar

que os governos nacionais se adaptam aos complexos processos de governação que caracterizam um mundo global. Ou seja, há uma tentativa de recuperar um Estado forte e soberano num mundo interdependente onde os problemas ultrapassam fronteiras e exigem respostas coletivas.

Numa perspetiva teórica, o realismo, ao ter uma postura cética em relação à globalização, pode considerar o resultado do referendo como um reforço daquele que considera ser o ator mais importante das relações internacionais: o Estado. O Reino Unido sai da UE em busca do interesse nacional num sistema internacional anárquico e reforça a sua soberania ao impedir que a UE interfira nos seus assuntos internos. E, deste modo, procura uma maximização do poder e uma distinção entre a política interna e externa. Além disso, os interesses do Estado estão acima dos direitos humanos, o que neste caso significa que, por exemplo, o Reino Unido prioriza a segurança, através do controlo das suas fronteiras, em detrimento da livre circulação de pessoas. Para o liberalismo, o Brexit é difícil de aceitar, não pelo desaparecimento da interdependência entre Reino Unido e UE, mas pela redução dela. Contudo, a saída de um Estado-membro não fragiliza a posição internacional da OI, que continua a desempenhar um papel relevante no cenário internacional e vai continuar a ter uma relação próxima com o Reino Unido, devido à necessidade de cooperação nas diversas questões que fazem parte da agenda global, o que impede uma divisão entre a política interna e externa. Ou seja, o Brexit não significa que a relação entre o Estado e a OI passe a ser conflituosa, pois isso seria desvantajoso para ambos os lados. O construtivismo pode explicar o Brexit, através de atores importantes, tais como Boris, Farage ou Cummings, que desempenharam um papel fundamental na campanha, ao promoverem ideias e crenças de que era possível uma mudança favorável para o país através da construção de uma identidade nacional única e que esta deveria constituir os interesses e ações do Estado. Ou seja, era um momento de mudança de uma identidade progressista para uma tradicional, devido à necessidade dos cidadãos

reafirmarem a sua identidade que estava a ser ignorada e que foi potenciada pela promoção de fantasias nostálgicas por parte da campanha do “*Leave*”. Para a Escola Inglesa, a opção do Brexit coloca o Reino Unido mais próximo de um sistema internacional, ao abandonar a sociedade internacional da UE que fica mais “fina” com a saída de um dos seus Estados-membros. Ou seja, apesar do Brexit, a sociedade internacional regional da UE vai continuar a existir, mas o Reino Unido muda-se para um sistema internacional mais amplo, onde a UE está incluída (Stivachtis, 2017). O Brexit também significa a rejeição da sociedade solidária europeia e a escolha de uma sociedade pluralista baseada nos interesses e regras do Estado. A visão das teorias críticas sobre o Brexit pode ser positiva, uma vez que o referendo permitiu às pessoas decidirem qual seria o rumo a seguir e a decisão de sair da UE foi a busca pela emancipação numa sociedade mais justa. Há uma transformação económica pela revolução contra as desigualdades provocadas pela globalização e pela elite económica e uma transformação identitária reversa, no sentido que opta pela discriminação e não por uma identidade universal tolerante. Portanto, no referendo, as pessoas foram colocadas no centro da política e decidiram aquilo que consideraram ser a melhor opção para uma sociedade mais justa e equitativa, ainda que tenham sido influenciadas por atores políticos e tenham rejeitado uma identidade cosmopolita.

Conclusão

Em 2010, David Cameron, o primeiro-ministro do Reino Unido e líder do Partido Conservador, começa a sofrer uma pressão por parte do seu partido na questão europeia que exige uma posição mais eurocética para contrariar o poder da UE, mas Cameron ignorou o euroceticismo crescente da sua bancada parlamentar e isso levou a uma situação insustentável, provocando uma crise partidária que se agravou com a emergência do UKIP, um partido eurocético e anti-imigração que atraiu deputados e eleitores conservadores, o que levou Cameron

a prometer um referendo sobre a UE. Em 2015, Cameron vence as eleições com uma maioria absoluta de deputados e cumpre a promessa de realizar um referendo. Antes da realização do referendo, Cameron renegocia a relação do Reino Unido com a UE e consegue, em fevereiro de 2016, um acordo que não foi bem aceite por todos, especialmente no ponto relativo à imigração. No dia 23 de junho de 2016, o resultado do referendo foi a vitória do “*Leave*”, ou seja, os cidadãos britânicos decidiram deixar a UE. As principais características dos eleitores que votaram a favor do Brexit são: identidade tendencialmente nacionalista, conservadora e inglesa; menos qualificações, mais velhos e mais pobres; sentimentos eurocéticos, anti-imigração, anti-establishment, antielitismo e antiglobalização; e favoráveis à soberania do Estado e ao controlo das fronteiras e da imigração.

Face a um resultado inesperado, a campanha influenciou o desfecho final no referendo do Brexit. As duas campanhas oficiais, “*Britain Stronger In Europe*”, a favor da permanência, e “*Vote Leave*”, a favor da saída, adotaram estratégias diferentes. A primeira, apoiada por Cameron, priorizou uma campanha focada no “*Project Fear*”, ou seja, nos riscos económicos que um Brexit provocaria ao país. A segunda, apoiada por Boris e Gove, priorizou uma estratégia baseada nos custos da UE que impediam melhores condições de vida aos cidadãos britânicos e que podiam ser melhor gastos em serviços públicos, tais como o NHS, e nos perigos da livre circulação de pessoas. Outro grupo que desempenhou um papel importante na campanha foi o “*Leave.EU*”, liderado por Farage, que defendeu o Brexit para ser possível controlar a imigração. Estas foram as mensagens principais da “guerra aérea”, mas foi na “guerra digital” em que as três campanhas mais investiram, pois foi através desta que os grupos perceberam quais eram as mensagens mais eficazes e capazes de atrair os eleitores a votarem “*Remain*” ou “*Leave*”. O “*Stronger In*”, através dos dados recolhidos, conseguiu identificar as áreas onde estavam os eleitores-alvo e usou as redes sociais, sobretudo o Facebook, para recrutar voluntários e doadores e para pu-

blicitar a sua mensagem. O “*Leave.EU*” seguiu a mesma estratégia, ao identificar os eleitores-alvo na descontente classe trabalhadora no norte da Inglaterra e planejar nessa zona a sua campanha terrestre. No “*Vote Leave*”, Cummings contratou físicos para a “guerra de dados”, ou seja, a recolha de dados para a identificação de possíveis apoiantes, e contratou a empresa AggregateIQ para a “guerra cibernética”, isto é, para divulgar a sua mensagem e recrutar voluntários que estavam identificados na base de dados. Essa estratégia permitiu ao “*Vote Leave*” saber que existia um grupo indeciso e que o modo para persuadir esse grupo a votar a favor do Brexit era divulgar as mensagens certas no período final da campanha.

A campanha do “*Leave*” foi mais eficaz do que a do “*Remain*”, pois teve duas campanhas que desempenharam um papel importante e que, desse modo, conseguiram diversificar a sua mensagem, o “*Leave.EU*” com a imigração e o “*Vote Leave*” com o seu slogan bastante atrativo “*Take Back Control*”, que pode ser usado para vários temas, tais como a soberania e o Parlamento, a economia e o comércio, as fronteiras e a imigração. O contexto favorável também permitiu às campanhas conseguirem persuadir os eleitores. A crise financeira global aumentou o sentimento antiglobalização, enquanto que a crise da Zona Euro e a crise dos refugiados aumentaram o sentimento eurocético que sempre existiu na sociedade britânica. Esse contexto de crise leva os cidadãos a culparem as elites políticas pelos graves problemas e a serem mais facilmente persuadidas, através da emoção e não pela veracidade das mensagens. Por exemplo, o “*Vote Leave*” afirmou que a UE custava 350 milhões de libras por semana e que a Turquia iria aderir à UE, estas afirmações eram falsas, mas as pessoas acreditaram, pois elas deixaram de confiar nos factos revelados pela elite política. O “*Vote Leave*” beneficiou ao ter um diretor de campanha que, apesar das críticas, não cedeu e foi um dos principais atores para o sucesso da campanha. Outros atores importantes foram Boris e Gove, que deram à campanha maior credibilidade e fragilizaram o lado do “*Re-*

main”. Apesar da rivalidade entre as duas campanhas que lutaram pelo Brexit, ambas foram benéficas para o resultado, o “*Vote Leave*” ao atrair eleitores que não apoiavam o UKIP, e o “*Leave.EU*” ao atrair os eleitores da classe trabalhadora. Por outro lado, o “*Stronger In*” cometeu uma série de erros que levaram à sua derrota no referendo: a renegociação com a UE revelou-se um fracasso no ponto da imigração e, como consequência, a imigração tornou-se o principal tema da campanha; pôr a questão económica acima da imigração foi um erro, pois deu a entender que o “*Stronger In*” não entendia as preocupações do público; recorrer a especialistas aumentou o sentimento anti-establishment dos cidadãos; a estratégia não se alterou, apesar do “*Project Fear*” não estar a resultar; o facto de separarem o tema imigração da economia criou uma ilusão de que existia mais cidadãos preocupados com os riscos económicos, mas o problema era que os dois temas estavam interligados e a campanha não foi capaz de perceber isso, ao contrário das outras duas campanhas.

Para alguns autores o resultado foi uma revolta contra a globalização, não só daqueles que não beneficiaram dela, mas também daqueles que consideraram que podiam ter beneficiado mais. A nível económico, a globalização é responsabilizada pelas condições económicas precárias e associada a este problema está a imigração, devido à livre circulação de trabalhadores, que piora as condições de vida dos cidadãos britânicos, por aumentar o desemprego, reduzir os salários e pressionar os serviços sociais. A nível cultural, há uma divisão entre aqueles que defendem valores progressistas e os que defendem valores tradicionais. Os primeiros, a classe jovem qualificada que vive nos grandes centros urbanos, são liberais cosmopolitas favoráveis à globalização e que defendem o multiculturalismo liberal que passou a ser a cultura dominante na elite política do Reino Unido. Os segundos, a classe trabalhadora menos instruída e mais velha, são socialmente conservadores favoráveis ao nacionalismo e apoiam soluções populistas por serem aquelas que representam a sua identidade, pois os partidos tradicionais deixaram de o fazer. A nível político,

há um ressurgimento do populismo anti-establishment que põe em causa os partidos tradicionais e que contribuiu para a vitória no referendo ao divulgar narrativas eurocéticas e antielitistas. A UE é vista como um entrave ao comércio livre e à própria globalização, devido à regulamentação excessiva, mas também como uma organização que beneficia as grandes empresas e promove a mobilidade laboral. A solução dos populistas para estes problemas era o Brexit, pois esta era a única forma de recuperar a soberania do Estado e resolver os problemas que assolavam os que foram deixados para trás pela globalização.

A revolução digital contribuiu para impulsionar o processo de globalização, no sentido que facilitou a partilha de informação por todo o mundo, contudo a campanha do referendo do Brexit demonstrou que os meios digitais também podem ser usados para promover os interesses do nacionalismo, através de duas tendências principais, a distinção e a memória. Ou seja, o referendo levou as pessoas a escolherem entre manter uma identidade globalista, ao continuarem na UE, ou recuperarem uma identidade nacionalista, ao saírem da UE.

Relativamente ao problema apresentado, o resultado do referendo do Brexit foi influenciado pela estratégia mais competente e diversificada das campanhas do “*Leave*” e pelos erros cometidos pela campanha do “*Remain*”. Consequentemente, o resultado significou um retrocesso no processo de globalização, pelo menos parcialmente, uma vez que afetou a globalização política, com o ressurgimento do populismo e nacionalismo antiglobalização, e a globalização cultural, com a priorização dos valores tradicionais. Contudo, a globalização económica não foi tão afetada, porque, tradicionalmente, o Reino Unido é um país que favorece o liberalismo económico, e a saída da UE não parece atenuar essa posição. De acordo com a campanha “*Vote Leave*”, retomar o controlo permitiria, a nível político, recuperar a soberania, rejeitando a supranacionalidade das leis da UE sobre a legislação britânica, e gastar dinheiro nas prioridades do país, por exemplo, no NHS. A nível cultural, permitia recuperar o controlo sobre as fron-

teiras e sobre a migração, o que reforçaria a segurança, ao impedir a livre circulação no espaço económico europeu que ameaçava os empregos e segurança dos britânicos. A nível económico, o Brexit permitiria libertar as empresas da regulação excessiva da UE e retomar a capacidade do país de fazer os seus próprios acordos comerciais, nomeadamente ao recuperar os assentos em instituições internacionais como a OMC, para que o Reino Unido se tornasse uma força mais influente no livre comércio e na cooperação internacional. Portanto, apesar de muitas pessoas terem votado a favor da saída da UE, como forma de rejeitarem a globalização e a elite liberal, as campanhas não apresentaram soluções protecionistas, uma vez que estas privilegiam o livre comércio, mas opõem-se à liberdade de circulação. O resultado possibilitou a recuperação da soberania do Estado e a opção pela identidade nacional, mas não pôs em causa o liberalismo económico, uma vez que ele iria manter-se independentemente do resultado, algo que algumas pessoas não perceberam ao acreditarem que o Brexit significaria o regresso do nacionalismo económico. O trabalho desenvolvido permitiu perceber a importância de uma campanha para o desfecho final do referendo. Essa importância aumenta ainda mais com a componente digital, pois o recurso às redes sociais e à segmentação de dados revelou-se essencial para persuadir um maior número de eleitores. O resultado representa uma mudança nas relações internacionais e põe o processo de globalização em causa, pois há, num contexto favorável, um ressurgimento dos populismos que aproveitam o descontentamento dos cidadãos com as sucessivas crises relacionadas com a globalização para defenderem um Estado soberano e uma identidade nacional. As principais dificuldades encontradas para a realização da presente dissertação foram uma restrição temporal que não permitiu aprofundar ainda mais o conhecimento sobre a temática a ser estudada. Além disso, o facto de o referendo ter-se realizado há pouco tempo não permitiu incluir fatores mais recentes, tais como uma possível interferência externa durante a campanha ou o facto de a campanha pró-

-Brexit ter sido acusada de ultrapassar os limites de gastos permitidos pela Comissão Eleitoral.

O resultado do referendo pode ser considerado um ponto de viragem no sistema internacional, mas a vitória do Brexit só foi possível devido a um recurso mais eficaz dos meios digitais por parte das campanhas pró-Brexit. Portanto, o futuro desse sistema vai depender muito da capacidade de investir em campanhas digitais capazes de persuadir e até manipular os eleitores de acordo com os interesses de quem investe. Ou seja, a campanha digital é uma arma política moderna que pode definir qual é o futuro da globalização e do Estado. Deste modo, será importante continuar a analisar as estratégias de comunicação, principalmente em atos eleitorais que têm uma grande repercussão regional ou global.

Referências bibliográficas

Antunes, S. & Camisão, I. 2017. Realism. In S. Meglinchey, R. Walters & C. Scheinpflug (Eds), *International Relations Theory* (pp. 15-21). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Ashcroft, L. 2016. How the United Kingdom voted on Thursday... and why. [em linha]. Disponível em: <https://lordashcrof-polls.com/2016/06/how-the-united-kingdom-voted-and-why/> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Baylis, J. 2014. *The Globalization of World Politics*. England: Oxford University Press.

Bennett, S. 2019. ‘Crisis’ as a discursive strategy in Brexit referendum campaigns. *Critical Discourse Studies*, 16:4, 449-464 [em linha]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17405904.2019.1591290> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Browning, C. 2019. Brexit populism and fantasies of fulfilment. *Cambridge Review of International Affairs*, 32:3, 222-244 [em linha]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557571.20>

19.1567461 Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Burton, M. & Shea, D. 2010. *Campaign craft: the strategies, tactics, and art of political campaign management*. USA: Praeger.

Clarke, H. & Goodwin, M. & Whiteley, P. 2017. *Why Britain Voted to Leave the European Union*. England: Cambridge University Press.

Ferreira, M. 2017. Critical Theory. In S. Mcglinchey, R. Walters & C. Scheinpflug (Eds), *International Relations Theory* (pp. 49-55). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Ford, R. & Goodwin, M. 2017. A Nation Divided. Britain after Brexit. *Journal of Democracy*, 28:1, 17-30 [em linha]. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/britain-after-brexit-a-nation-divided/> Acedido em: 15 de Agosto de 2020.

Glencross, A. 2016. Why the UK Voted for Brexit: David Cameron’s Great Miscalculation. Birmingham: Palgrave Studies in European Union Politics.

Glencross, A. 2018. This Time it’s Different: Legitimacy and the Limits of Differentiation after Brexit. *The Political Quarterly*, Vol. 89(3) 490-496 [em linha]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-923X.12525> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Hauk, W. 2020. Brexit could spell the end of globalization, and the global prosperity that came with it. [em linha]. Disponível em: <https://theconversation.com/brexit-could-spell-the-end-of-globalization-and-the-global-prosperity-that-came-with-it-128280> Acedido em: 4 de Setembro de 2020.

Hayton, R. 2018. British conservatism after the vote for Brexit: The ideological legacy of David Cameron. *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 20(1) 223-238 [em linha]. Disponível

em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1369148117737278> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Hayward, C. & Watson, R. 2010. Identity and Political Theory. *Washington University Journal of Law & Policy*, 33, 9-41. [em linha]. Disponível em: https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1064&context=law_journal_law_policy Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Henderson, A. et al. 2017. How Brexit was made in England. *The British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 19(4) 631–646 [em linha]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1369148117730542> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Heppel, T. & Crines, A. & Jeffery, D. 2017. The United Kingdom Referendum on European Union Membership: The Voting of Conservative Parliamentarians. *Journal of Common Market Studies*, Vol. 55(4) 762–778 [em linha]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/jcms.12529> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Heywood, A. 2011. *Global Politics*. England: Palgrave Macmillan.

Hobolt, S. 2016. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. *Journal of European Public Policy*, 23:9, 1259-1277 [em linha]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2016.1225785> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Inglehart, R. & Norris, P. 2016. *Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash*. HKS Faculty Research Working Paper No. RWP16-026. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School. [em linha]. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/publications/trump-brexit-and-rise-populism-economic-have-nots-and-cultural-backlash> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Jensen, M & Snaith, H. 2016. When politics prevails: the political economy of a Brexit.

Journal of European Public Policy, 23:9, 1302-1310 [em linha]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13501763.2016.1174531> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Kaarbo, J. & Ray, J. 2011. *Global Politics*. Boston: Wadsworth.

Llobera, J. 1999. *Recent Theories of Nationalism*. Barcelona: ICPS. [em linha]. Disponível em: https://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/WP_I_164.pdf?noga=1 Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Lynch, P. & Whitaker, R. 2017. All Brexiteers now? Brexit, the Conservatives and party change. *Br Polit* 13, 31–47 (2018) [em linha]. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1057/s41293-017-0064-6.pdf> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Marcos, D. & Teixeira, N. 2019. *Evolving Human Security Challenges in the Atlantic Space*. Jean Monnet Network on Atlantic Studies. [em linha]. Disponível em: https://transatlanticrelations.org/wp-content/uploads/2019/10/29262-D-01_COD_EvolvingSecurity_TXT.pdf Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Marsh, D. 2018. Brexit and the politics of truth. *British Politics*, 13, 79–89 [em linha]. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057%2Fs41293-018-0076-x> Acedido em: 15 de Agosto de 2020.

McDonald, M. 2013. In P. Williams, *Security Studies: an introduction* (pp. 63-76). England: Routledge.

McGlinchey, S. & Walters, R. & Gold, D. 2017. *International Relations Theory*. England: E-International Relations Publishing. [em linha]. Disponível em: <http://www.e-ir.info/wp-content/uploads/2017/11/International-Relations-Theory-E-IR.pdf> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

McNair, B. 2011. *An Introduction to Political Communication*. England: Routledge. [Em linha]. Disponível em: [\[unpad.ac.id/teddykw/files/2012/05/An-Introduction-to-Political-Communication.pdf\]\(http://unpad.ac.id/teddykw/files/2012/05/An-Introduction-to-Political-Communication.pdf\). Acedido em: 2 de Julho de 2020.](http://blogs.</p></div><div data-bbox=)

Özkırımlı, U. 2010. *Theories of Nationalism A Critical Introduction*. England: Palgrave Macmillan.

Perloff, R. 2014. *The Dynamics of Political Communication*. New York: Routledge.

Rushkoff, D. 2016. *The New Nationalism Of Brexit And Trump Is A Product Of The Digital Age*. [em linha]. Disponível em: <https://www.fastcompany.com/3061574/the-new-nationalism-of-brexit-and-trump-is-a-product-of-the-digital-age> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Sicakkan, H. & Lithman, Y. 2005. *Theorizing Identity Politics, Belonging Modes and Citizenship*. [em linha]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273316735_Theorizing_Identity_Politics_Belonging_Modes_and_Citizenship Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Smith, S. 1999. The increasing insecurity of security studies: Conceptualizing security in the last twenty years. *Contemporary Security Policy*. [em linha]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523269908404231> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Soares, A. 2019. *Brexit: O referendo de 2016*. Instituto Português de Relações Internacionais, Vol.61(6) 63-75 [em linha]. Disponível em: http://www.ipri.pt/imagens/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art06_AGS.pdf Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Sousa, F. & Mendes, P. 2014. *Dicionário de relações internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.

Startin, N. 2015. Have we reached a tipping point? The mainstreaming of Euroscepticism in the UK. *International Political Science Review*, Vol. 36(3) 311–323. [em linha]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512115574126>

Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Stivachtis, Y. 2017. The English School. In S. Mcglinchey, R. Walters & C. Scheinpflug (Eds), *International Relations Theory* (pp. 28-35). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Shipman, T. 2016. *All Out War: The Full Story of Brexit*. London: William Collins.

The Electoral Commission, 2019. Results and turnout at the EU referendum. [em linha]. Disponível em: <https://www.electoralcommission.org.uk/who-we-are-and-what-we-do/elections-and-referendums/past-elections-and-referendums/eu-referendum/results-and-turnout-eu-referendum> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

Theys, R. 2017. Constructivism. In S. Mcglinchey, R. Walters & C. Scheinpflug (Eds), *International Relations Theory* (pp. 36-41). Bristol, England: E-International Relations Publishing.

Toubeau, S. 2016. Brexit: Europe's new nationalism is here to stay. [em linha]. Disponível em: <https://theconversation.com/brexit-europes-new-nationalism-is-here-to-stay-61541> Acedido em: 2 de Julho de 2020.

World Economic Forum, 2017. *The Global Risks Report 2017*. Geneva: World Economic Forum [em linha]. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/GRR17_Report_web.pdf Acedido em: 2 de Julho de 2020.